

# Acção Socialista



N.º 1327 6 Maio 2009

Director Jorge Seguro Sanches Director-adjunto Silvino Gomes da Silva

www.accaosocialista.net ■ accaosocialista@ps.pt

## NÃO À INTOLERÂNCIA



Portugal e os portugueses sempre contaram com o Partido Socialista para a defesa da liberdade, da igualdade e da democracia. No nosso código genético inscreve-se indelevelmente a tolerância como valor fundamental da vivência democrática em Portugal. Foi assim no passado e continuará a ser no futuro, porque o PS é o grande partido da esquerda democrática e não sectária, sendo a liberdade o primeiro dos princípios que nos guia e orienta. Os socialistas não podem deixar de condenar veementemente os acontecimentos ocorridos no passado dia 1.º de Maio no

desfile da CGTP-Intersindical com o cabeça-de-lista do PS às eleições europeias, Vital Moreira, que foi insultado e agredido por gente que nunca conseguiu incorporar a tolerância como um valor maior que todos devemos respeitar a bem do civismo e da democracia.

O PS continua à espera que, com humildade democrática, os responsáveis pelos descatos façam um acto de contrição e peçam desculpa pelo lamentável incidente que não honra o 25 de Abril nem o 1º de Maio.

20

### AUTÁRQUICAS 2009

Jorge Pulido  
Valente  
Beja



“Temos um projecto para explorar as enormes potencialidades de Beja”

13

Berta Nunes  
Alfândega  
da Fé



“Sanear as finanças municipais e apoiar o emprego vão ser prioridades”

17

### ENTREVISTA

André Figueiredo,  
secretário nacional  
Adjunto para a  
Organização

“Os militantes são o que de mais valioso o PS tem”



9

Colaboram nesta edição:

Luís Pita Ameixa  
Ricardo Gonçalves  
Armando França  
Teresa Venda  
Horácio Antunes  
António Farinha do Amaral  
Lúcio Ferreira  
Luís Miguel Ferreira  
Carlos Zorrinho

NÓS, EUROPEUS

Europeias2009

Mulheres  
SOCIALISTAS



Conversas de fim de tarde  
A EUROPA EM DEBATE

Com  
VITAL MOREIRA  
EDITE ESTRELA

15 de Maio - 18 horas  
Sala Sophia de Mello Breyner - CCB



## OPINIÃO



**LUÍS PITA AMEIXA**  
Deputado do PS

*Os candidatos inelegíveis não devem ser apresentados e, se o forem, o tribunal não aceitará a sua candidatura*

## AUTÁRQUICAS 2009 OS CANDIDATOS PROIBIDOS

É CERTO que vivemos num regime de amplas liberdades.

E, uma pedra de toque (isto é, o teste que identifica o puro ouro) desse regime livre e democrático é a faculdade de os cidadãos ocuparem cargos públicos e de se candidatarem a eleições livres.

A Constituição cuidou de estabelecer que “todos os cidadãos têm o direito de tomar parte na vida política e na direcção dos assuntos públicos do país...”.

Contudo, há restrições. Elas podem ser estabelecidas, por lei, apenas e unicamente, se forem necessárias “...para garantir a liberdade de escolha dos eleitores...” ou, ainda, para caucionar “...a isenção e independência do exercício dos respectivos cargos”.

É a partir destas definições genéricas, da Constituição, que a lei eleitoral esmiúça o seu conteúdo, sob a designação jurídica de “inelegibilidades”.

Os candidatos inelegíveis não devem ser apresentados e, se o forem, o tribunal não aceitará a sua candidatura.

Uma das exigências para a apresentação das listas é, justamente, a entrega de um documento (pode ser colectivo ou individual), assinado por cada candidato, em que este, sob compromisso de honra, declara não estar abrangidos por qualquer inelegibilidade.

Mentir nesta declaração constitui crime, que pode dar pena de prisão até um ano.

E, se “passar” algum candidato inelegível, mesmo que venha ser eleito, logo que essa inelegibilidade seja detectada, a todo o tempo, ele incorrerá em perda do mandato.

As inelegibilidades podem ser gerais, quando impedem determinadas pessoas de toda e qualquer candidatura autárquica, em qualquer autarquia, de qualquer parte do país, ou podem ser especiais se só afectam a capacidade de ser candidato na área da autarquia à qual a pessoa está ligada pelo facto determinante dessa incapacidade.

Nas inelegibilidades gerais temos, por um lado, os juízes, os militares e os polícias no activo, outros detentores de cargos do Estado, como o Presidente da República ou o provedor de Justiça, etc. Também nesta categoria de impedimento geral caem os que tenham sido declarados, pelo tribunal, falidos ou insolventes (se não foram capazes de administrar os seus bens, também não o serão nas autarquias).

Há ainda o caso, regulado na lei da tutela administrativa, que determina que, se algum autarca for condenado por crime de responsabilidade política (corrupção, abuso de poder, etc.) fica automaticamente sob inelegibilidade geral, durante o resto do mandato em que foi condenado e por todo o período (quatro anos) do mandato seguinte.

As inelegibilidades especiais – que só afectam a pessoa na candidatura à autarquia a que está ligado, mas não a qualquer outra – abrangem, nomeadamente, os chefes das finanças, os padres de qualquer credo religioso, bem como as pessoas individuais ou os donos e dirigentes de empresas que tenham negócios em aberto com a autarquia, ou os que a ela tenham dívidas em mora.

Um caso específico é o que abrange os funcionários das autarquias, suas associações e do sector empresarial local. Eles podem ser candidatos a qualquer autarquia, livremente. Naquela onde trabalham também podem, a não ser que tenham funções de direcção. Neste caso, também podem ser candidatos, mas terão de suspender essas funções de direcção, a partir do momento da entrega das listas no tribunal.

Um caso curioso é o dos funcionários municipais, com funções de direcção, candidatos em freguesias do respectivo município. Sendo autarquias diferentes nada obsta à candidatura. Mas se for o cabeça-de-lista à freguesia, já terá de suspender as funções de direcção no município, porque esse primeiro lugar na lista da Freguesia constitui, simultânea e automaticamente, uma candidatura a um lugar num dos órgãos do município – a assembleia municipal.

A mesma doutrina é aplicável em outras inelegibilidades especiais, quando atinente ao cabeça de lista à Freguesia.

## NOVA LEI DO FINANCIAMENTO DOS PARTIDOS

A NOVA lei do financiamento dos partidos políticos tem como objectivo aperfeiçoar os mecanismos de financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais, partindo da experiência colhida ao longo de seis anos de vigência da Lei n.º 19/2003, de 20 de Junho.

Assim, e reconhecendo a existência de lacunas, imprecisões e omissões que forem sendo detectadas, quer pela Entidade das Contas e Financiamentos Políticos, quer pelos dirigentes partidários, os grupos parlamentares do PS e do PSD decidiram apresentar o Projecto de Lei n.º 606/X. Este projecto procura, numa lógica de maior transparência e rigor e sem aumento das subvenções públicas aos partidos políticos, dar resposta às insuficiências detectadas, designadamente:

- O financiamento para eleições intercalares municipais;
- O aperfeiçoamento dos mecanismos de prestação de contas pelos partidos políticos;
- O aumento de 2500 IAS para 5 000 IAS do montante da subvenção destinado à segunda volta da campanha eleitoral para Presidente da República, quando esta tenha lugar;
- Um regime contabilístico simplificado para os partidos cujo movimento financeiro anual, excluindo as despesas com campanhas eleitorais, não exceda 30.000 euros e que não tenham direito às subvenções públicas;
- A consagração na lei do financiamento das verbas atribuídas aos grupos parlamentares e a clarificação da entidade responsável pela fiscalização da utilização de tais verbas (TC);
- A redução das verbas atribuídas aos grupos parlamentares por via da sua indexação ao valor do Indexante de Apoios Sociais (IAS), e não ao Salário Mínimo Nacional (SMN), como sucede actualmente e cujo valor tem vindo a aumentar de forma significativa nos últimos anos.
- A possibilidade dos grupos parlamentares poderem passar a dispor de identificação fiscal.

Durante a discussão na especialidade os autores do PL 606/X procuraram manter a maior abertura face às propostas dos demais partidos, desde que as mesmas não colocassem em causa o rigor e a transparência que deve estar associada à matéria do financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais. Durante os trabalhos de especialidade foram, igualmente, ouvidos os representantes dos pequenos partidos sem assento parlamentar.

O texto final do Projecto de Lei n.º 606/X, aprovado pela unanimidade dos grupos parlamentares na Assembleia da República, acabaria, assim, por acolher propostas e sugestões formuladas pelos que não subscreveram o projecto de lei

originário (PCP, BE e CDS-PP) e pelos representantes dos pequenos partidos.

Para além das soluções apontadas, deram-se passos importantes no que respeita aos pequenos partidos que passam a beneficiar de um tratamento mais justo e adequado à sua realidade, designadamente em termos de regras de contabilidade, sanções e do direito ao financiamento público.

Do texto final, constam as alterações introduzidas aos artigos 3.º e 6.º da Lei n.º 19/2003, de 20 de Junho, as mais polémicas porventura, que resultaram de propostas apresentadas pelo PCP e que se prendem quer com o aumento do montante anual de receitas de natureza pecuniária que não carecem de ser tituladas por cheque ou outro meio bancário, quer com o aumento do limite anual relativo a produto das iniciativas de angariação de fundos.

O artigo 3.º da Lei n.º 19/2003, de 20 de Junho, estabelece no seu n.º 2 que as receitas próprias dos partidos, quando em numerário, são obrigatoriamente tituladas por meio de cheque ou outro meio bancário que permita a identificação do montante e da sua origem e depositadas em contas exclusivamente destinadas a esse efeito. Por seu turno, o n.º 3 da mesma norma legal isenta de titulação por cheque ou outro meio bancário os montantes de valor inferior a 25% do IAS (104,75 euros) e desde que no período de um ano, não ultrapassem 50 IAS (20.950 euros).

O grupo parlamentar do PCP propôs na Comissão Parlamentar uma alteração ao n.º 3 do artigo 3.º da lei do financiamento dos partidos, no sentido de que os montantes relativos a quotas e outras contribuições dos militantes e ao produto de actividades de angariação de fundos desenvolvidas pelos partidos, quando de valor inferior a 25% do IAS (104,75 euros) e desde que anualmente não ultrapassem os 4000 IAS (1.676.000 euros) ficassem isentos de titulação por cheque ou outro meio bancário, mas nunca isentos da necessária comprovação documental. Simultaneamente, o PCP propôs o aumento do limite anual relativo a receitas de angariação de fundos, constante do artigo 6.º, actualmente em 1500 IAS (628.500 euros), para os 4000 IAS (1.676.000 euros).

Estas propostas, justificam-se, de acordo com os seus autores, com a situação, de todos conhecida, relacionada com a Festa do Avante (venda de bens e serviços de baixo valor cujo pagamento não é possível fazer por cheque ou outro meio bancário) e as dificuldades de pagamento de quotas pelos militantes em numerário,

Da discussão ocorrida na Comissão

pelos diversos partidos, que reconhecem a situação e a necessidade de a solucionar de forma transparente e rigorosa, entendeu-se por unanimidade, baixar o limite proposto pelo PCP para os 3000 IAS (1.257.000 euros).

Assim e neste plano, com a aprovação da nova lei, mantém-se a regra geral de que as receitas dos partidos, quando em numerário, devem ser tituladas por cheque ou outro meio bancário, prevendo-se a isenção de titulação até ao limite anual de 3000 quanto a quotas e outras contribuições de militantes e ao produto de actividades de angariação de fundos, mantendo-se, todavia que tal só pode ocorrer quando estejam em causa montantes de valor inferior a 25% do IAS (cerca de 104 euros).

**O facto de se alargar o limite do montante anual das receitas** (quotas e outras participações de militantes e angariação de fundos) não tituladas por cheque ou outro meio bancário de 50 IAS para 3000 IAS, **não significa que a entrada de tais receitas não tenham controlo documental e sindicância judicial. Com efeito, no caso das quotas e outras contribuições terá naturalmente de ser passado recibo ao militante em causa que o identificará.** Já no que respeita às **actividades de angariação de fundos**, para além do disposto no n.º 7 do artigo 12.º que **exige que na contabilidade dos partidos estejam “discriminadas as receitas decorrentes do produto de actividade de angariação de fundos, com identificação do tipo de actividade e a data da realização”**, quando as mesmas envolvam a prestação de bens e serviços (Festa do Avante, por exemplo) **são complementarmente**, e de modo inovador, **objecto de conta própria com registo documental de receitas e despesas e do respectivo produto.**

Acresce a **manutenção da exigência de que a receita não titulada por cheque ou outro meio bancário só pode ter lugar relativamente a montantes de valor inferior a 25% do IAS (cerca de 104 euros)**, o que garante, por si só, maior transparência e impede a ocorrência de situações menos claras.

Naturalmente, que todo e qualquer tido de financiamento à margem ou fora do enquadramento legal estabelecido, configura necessariamente financiamento ilícito, que deverá ser fiscalizado e combatido no plano penal.

O PS votou favoravelmente esta lei, com os demais grupos parlamentares na Assembleia da República, por entender que a mesma contribui para melhorar a transparência e a fiscalização judicial do regime jurídico do financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais.

*A Direcção do Grupo Parlamentar do PS*



Debate quinzenal

# Escolaridade obrigatória passa para 12 anos

ALARGAR a escolaridade obrigatória de nove para 12 anos e proporcionar um ano de pré-escolar gratuito às famílias mais carenciadas, foram algumas das iniciativas que o primeiro-ministro anunciou na Assembleia da República, durante o último debate, dedicado à educação.

Logo no início, José Sócrates salientou que a extensão para 12 anos do ensino obrigatório vai exigir que todos os alunos que se inscrevam no próximo ano lectivo no 7º ano passem a frequentar não apenas os actuais nove anos de escolaridade obrigatória, mas sim 12 anos, cenário que, como sublinhou, equivale a que os jovens prolonguem a sua estadia no sistema de educação, frequentando a escola secundária ou um centro de formação profissional, até aos 18 anos de idade.

Para o líder do Executivo, esta iniciativa do Governo não pretende apenas fazer uma nova lei, tal como “outros já tentaram sem resultado que se visse”, mas antes avançar no sentido de criar as circunstâncias e as medidas que hão-de propiciar o necessário apoio às famílias, para que os seus filhos prossigam os estudos.

Sócrates anunciou também a criação de bolsas de estudo que vão custar ao Estado cerca de 45 milhões de euros por ano, valor que deverá subir para os 100 milhões anuais dentro de três anos.

Ninguém poderá alegar, a partir de agora, disse o primeiro-minis-



tro, “que não pode concluir os seus estudos secundários por razões económicas”.

O primeiro-ministro relevou ainda que a regra da escolaridade obrigatória de 12 anos é para ser aplicada aos alunos que se inscrevam no 7º ano de escolaridade já a partir do próximo ano lectivo.

Também no novo regime de bolsas de estudo do secundário, terá o seu início no próximo ano lectivo, de modo a proporcionar que a partir de Setembro qualquer aluno que inicie o ensino secundário e seja beneficiário de um dos dois escalões mais baixos do abono de

família possa dela já usufruir.

O primeiro-ministro referiu-se ainda às verbas envolvidas nesta iniciativa, sublinhando que os alunos abrangidos pelos dois escalões mais baixos do abono de família, e que recorram ao programa das bolsas de estudo, passam a beneficiar de uma ajuda por parte do Estado de 138 euros mensais, no caso dos alunos do primeiro escalão e de 105 euros, para os do segundo escalão.

Para José Sócrates, com a aprovação destas medidas, o Governo prossegue no cumprimento de uma das suas mais importantes

promessas, a da “qualificação dos portugueses”, traduzida em mais educação e mais formação profissional, o que significa, “mais igualdade de oportunidades, melhores condições de emprego e recursos humanos mais reparados para a economia nacional”.

Que ninguém mais esteja no mercado de trabalho, disse o primeiro-ministro, sem ter uma formação, “pelo menos, de nível secundário”.

O Governo, ao propor este novo compromisso, pretende ainda “estabelecer uma meta para a sua execução”, criando as necessárias

condições para um “efectivo apoio às famílias” através de uma nova prestação social.

## Medidas necessárias

Também o líder do GP/PS, Alberto Martins, se pronunciou sobre as novas medidas que o primeiro-ministro foi anunciar ao Parlamento, classificando-as como relevantes e “absolutamente necessárias”.

Quanto a eventuais propostas oriundas dos restantes partidos, Alberto Martins lamentou que o maior partido da oposição, o PSD, apenas tenha levado ao debate uma “intervenção estridente, retórica e marcadamente derrotista”, classificando como “medidas irreversíveis” e necessárias as propostas apresentadas pelo primeiro-ministro na Assembleia da República.

Para Alberto Martins, os argumentos agora anunciados pelo Executivo, e uma vez aplicados, “vão tornar tudo diferente” não permitindo, designadamente, como acentuou, que a educação em Portugal, “possa voltar atrás”.

O líder parlamentar socialista frisou ainda que estas propostas centram-se naquilo que é o instrumento básico para a alteração do modelo de desenvolvimento em Portugal, que passa, antes demais, por uma maior qualificação dos portugueses, o que só se alcançará “pelo recurso a um sistema de ensino e de formação profissional mais alargado e apoiado”. R.S.A.

## Genéricos gratuitos

O GOVERNO vai compartilhar 100% do valor dos medicamentos genéricos a reformados com rendimentos inferiores ao salário mínimo nacional. A medida abrange cerca de um milhão de idosos.

“O país que eu ambiciono e pelo qual luto é um país onde não é possível que nenhum idoso faça uma escolha entre comprar um medicamento ou qualquer outro tipo de despesa. Não quero que isso aconteça”, afirmou o primeiro-ministro, José Sócrates, depois de inaugurar, no dia 24, uma unidade de cuidados de saúde continuados, na vila alentejana de Portel.

O objectivo desta medida, aprovada no dia 23 em Conselho de Ministros, frisou José Sócrates, é “melhorar a qualidade de vida” dos idosos com menos rendimentos. “Todos os medicamentos serão pagos por todos nós”, acrescentou.

O primeiro-ministro salientou que o Governo pretende também promover os genéricos, para que “tenham mais quota” de mercado, ao mesmo tempo que ajuda ao “equilíbrio orçamental” do país.

Para José Sócrates, depois de o Executivo



ter “posto as contas públicas em ordem” nos últimos anos, este “é o momento para ajudar” num tempo em que “as pessoas precisam de ajuda”.

Nesta linha de raciocínio, sublinhou que

“num momento de crise” é preciso que as pessoas tenham a certeza de que o Estado está ao seu lado” e que “os idosos podem contar com a solidariedade do Estado e dos portugueses”.

“É assim que se lidera em tempos de crise”, afirmou o Chefe do Governo, considerando ser necessário “estar perto das pessoas”, em vez de “chorar sobre leite derramado”, já que “o nosso dever é lançarmo-nos ao trabalho e cerrarmos os dentes”, disse.

José Sócrates lembrou ainda que, recentemente, no espaço de uma semana, além da comparticipação dos medicamentos genéricos, o Governo tomou outras duas decisões de grande relevo no âmbito social. “A primeira foi melhorar o acesso ao subsídio social de desemprego” do qual vão agora poder beneficiar “mais 15 mil portugueses”, e a segunda foi a de Portugal passar a ter a escolaridade obrigatória até ao 12º ano, definindo “uma bolsa de estudo para as famílias mais carenciadas”.

Já o secretário de Estado Adjunto e da Saúde, Francisco Ramos, que acompanhou o primeiro-ministro, referiu que a quota de medicamentos genéricos triplicou nos últimos três anos, passando de menos de 5% para mais de 14%. “Estamos muito contentes com a avaliação que fazemos do mercado de genéricos em Portugal”, disse.



# O investimento público é fundamental para ajudar a superar a crise

A POLÍTICA de investimento público que o Governo está a levar a efeito assume um carácter “absolutamente fundamental” para ajudar o país a enfrentar a crise, defendeu José Sócrates na cerimónia de arranque da concessão da estrada Algarve Litoral, que prevê a requalificação da Estrada Nacional 125.

Para o primeiro-ministro, trata-se de um “verdadeiro imperativo moral” o esforço que o Estado está a fazer ao nível do investimento público, classificando-o mesmo como uma “necessidade para a criação de emprego”.

Referindo-se a esta obra em particular, o chefe do Executivo considerou-a uma intervenção estratégica, recordando que ela representa “um investimento sério sobretudo na segurança desta estrutura rodoviária”.

Mas é também, sublinhou ainda, um investimento determinante para a própria economia da região, “uma das zonas turísticas de referência do país”.

A requalificação da EN/125 faz parte de uma das seis novas concessões lançadas pelo Governo em todo o país, uma iniciativa que, na perspectiva de José Sócrates, vai proporcionar “novas oportunidades às empresas na criação de emprego”.



O investimento público numa obra com estas dimensões e características, uma vez que a Estrada Nacional 125 atravessa todo o Algarve, de Vila Real de Santo António a Sagres, permite, ainda na opinião do primeiro-ministro, não só contribuir para a melhoria da economia da região, mas igualmente assegurar índices mais elevados ao nível da segurança rodoviária, naquele que é uma das estradas mais perigosas do país.

Recorde-se que esta obra irá

desenvolver-se ao longo de 273 quilómetros, representando um investimento de cerca de 150 milhões de euros para servir uma população de perto de 400 mil pessoas.

A propósito das críticas vindas do PSD, José Sócrates defendeu que quem age, como o Governo o faz, pode ou não cometer erros, mas quem não age, ou defende o marasmo e a paralisia geral, já cometeu, na sua opinião, “o erro de nada fazer”.

“Não queremos que as gerações futuras nos acusem de nada ter feito”, disse, defendendo que faz parte da responsabilidade política agir.

Segundo o primeiro-ministro, o investimento público pode e deve ser também responsável pela criação de emprego, acentuando que devido à crise mundial, “há muita gente que precisa de trabalho”, razão porque “esta como as restantes concessões tem de avançar”.

Depois de evocar que são diver-

sos os países em todo o mundo que estão, à semelhança de Portugal, a lançar pacotes de investimento público “com o objectivo de criar mais emprego em áreas estratégicas para o desenvolvimento”, o chefe do Governo sublinhou ainda que esta maior disponibilidade do Estado para investir só é possível graças à consolidação das finanças públicas, através de políticas de rigor entretanto desvolvidas ao longo dos últimos três anos. Facto que permite, disse, “podermos avançar com estes investimentos já anunciados”.

Também a propósito das críticas que o maior partido da oposição tem vindo a fazer ao programa de investimentos públicos o ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Mário Lino, considerou os ataques desproporcionados, desenhados mas sobretudo próprios de um partido que tem uma “visão cinzenta e salazarenta” do país.

O titular da pasta das Obras Públicas, Transportes e Comunicações desafiou ainda o líder da bancada parlamentar do PSD a esclarecer o seu pensamento sobre o desenvolvimento do país, que para Mário Lino “está em perfeita contradição com a posição assumida há muito pelo Governo português”. R.S.A.

## LANÇADO PROGRAMA CHEQUE-DENTISTA

O PROGRAMA “cheque dentista”, que deverá abranger 200 mil crianças, foi apontado pelo primeiro-ministro, José Sócrates, como um bom exemplo de “concertação estratégica” entre público e privado.

O chefe do Governo, que falava numa sessão realizada no agrupamento de escolas Nuno Gonçalves, na Penha de França, em Lisboa, depois de ter entregue os primeiros cheques-dentista a alunos com sete, dez e treze anos, destacou como principais características do programa “a livre escolha do prestador, garantia de equidade e ausência de listas de espera”.

Segundo José Sócrates, com o arranque da atribuição dos primeiros cheques-dentista a jovens estudantes, o Serviço Nacional de Saúde (SNS) “deu um passo muito importante”, já que, frisou, “em qualquer país do mundo desenvolvido, é um desafio para os SNS a questão da higiene e da saúde oral”.

E realçou que o SNS “começou a cumprir a sua missão no que diz respeito à saúde oral para toda a sociedade portuguesa” quando o Governo lançou o programa que contempla a atribuição de cheques-dentista para determinados públicos-alvo, como jovens, idosos e grávidas.

O primeiro-ministro adiantou ainda que o objectivo deste programa é “mobilizar” as estruturas e os recursos já existentes no país na área da saúde oral “ao serviço do SNS”. Por isso, adiantou, “o Governo recusou criar mais um serviço dentro do SNS, que fosse alternativa ao sistema privado, decidindo antes utilizar o sistema privado ao serviço dos objectivos públicos”.

“Queremos que todos, independentemente da condição económica, tenham acesso à medicina dentária”, disse, salientando que “as famílias que estiverem inscritas neste programa escolherão com total autonomia a que dentista ir. E escolherão sem terem de esperar pelo próximo ano, ou daqui a três ou quatro meses, porque este sistema garante um acesso ao dentista sem lista de espera”.



## Bolsas para alunos carenciados do secundário e escolaridade obrigatória de 12 anos

NA SEQUÊNCIA do anúncio feito recentemente pelo primeiro-ministro na Assembleia da República, o Governo aprovou para consultas a proposta de lei que estabelece a escolaridade obrigatória, universal e gratuita, entre os seis e 18 anos e que consagra a universalidade da educação pré-escolar para todas as crianças a partir dos cinco anos.

Os alunos, para além dos apoios da Acção Social Escolar, desde que se encontrem em situação de carência, poderão beneficiar de bolsas de estudo que, segundo anunciou a ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, implicarão um investimento na ordem dos 45 milhões de euros, podendo, de futuro, alcançar os 150 milhões anuais.

Para ter acesso a estas bolsas, os alunos deverão estar no primeiro ou segundo escalão da Acção Social e ter aproveitamento nos estudos.

A lei aplica-se aos alunos que, encontrando-se abrangidos pela escolaridade obrigatória à data de entrada em vigor da presente lei,



se matriculem no ano lectivo de 2009-2010, em qualquer dos anos de escolaridade do 1.º e 2.º ciclos ou no 7.º ano de escolaridade.

Este diploma não só complementa as reformas já efectuadas no sector, como também concretiza mais um ambicioso objectivo: uma educação de qualidade para todos, indissociável do regime democrático, da igualdade de oportunidades, da inclusão e da co-

esão sociais e do desenvolvimento económico e tecnológico.

A medida assume um carácter transversal dada a sua função potenciadora das políticas de emprego, de formação profissional e de solidariedade social para a valorização da escola e da qualificação.

A universalidade consagrada nesta lei relativamente à educação pré-escolar implica, para o Estado, o dever

de garantir a existência de uma rede de educação pré-escolar que permita a inscrição de todas as crianças por ela abrangidas e o de assegurar que essa frequência se efectue em regime de gratuidade da componente educativa.

Para os pais, significa o dever de procederem à inscrição dos seus educandos em jardim-de-infância e o de assegurar a respectiva frequência.



## 25 de Abril na Assembleia da República

# Portugal vai ultrapassar as dificuldades



COM lúcida emoção, Marques Júnior subiu à tribuna da Assembleia da República para fazer, em nome da bancada socialista, o discurso comemorativo do 25 de Abril. Para o deputado e capitão de Abril, os actuais problemas do país combatem-se com determinação, coragem, confiança e capacidade de fazer, como, aliás, o PS tem vindo a demonstrar no Governo.

“Sem permitir que regressem os fantasmas do passado, longínquo ou recente, nem regresse ou se mantenha um sistema imoral, injusto e desumano, além de desregulado, que esteve na base do terramoto financeiro e económico global que ainda abala o mundo”, o deputado do PS Marques Júnior afirmou, na sessão comemorativa dos 35 anos do 25 de Abril na Assembleia da República (AR), a sua “firme convicção” de que “Portugal vai dar a volta e conseguir ultrapassar as dificuldades e vencer a crise”.

Falando em nome do PS, Marques Júnior começou por explicar que iria, “simplesmente, falar de Abril e do compromisso que ele representou, e continua a representar, para todos aqueles que acreditam que é necessário concretizar o sonho e a utopia que esse dia trouxe a Portugal e a muitos países do mundo”.

Nesse sentido, o também capitão de Abril considerou “celebrar 35 anos de Liberdade em Portugal” constitui “uma boa altura para olhar com alguma distancia para o que se passa no nosso país, que atravessa uma crise profunda e difícil, que existem problemas

estruturais que não tendo sido resolvidos nestas três décadas e meia dificultam as repostas à crise”.

Neste contexto, Marques Júnior sublinhou que “a tarefa deste Governo não tem sido fácil”, já que, frisou, “tendo começado por encetar o maior conjunto de reformas estruturais há muito reclamadas, as quais nunca tinha havido coragem para concretizar,

nem mesmo quando existiam condições políticas para isso, foi surpreendido pelo eclodir da maior crise internacional dos últimos cem anos, de consequências ainda hoje imprevisíveis”.

E, nesta conjuntura, acrescentou, “as oposições nem sempre têm tido o sentido da responsabilidade de participar com propostas que possam ser exequíveis

no quadro real da nossa situação económica e financeira”.

Também por isso, segundo o deputado socialista, “não terão ainda sido totalmente alcançados os efeitos práticos de um conjunto de medidas corajosas e bem intencionadas, como foram, entre outras, as medidas relativas à reforma da Administração Pública, à saúde, à educação e à defesa da escola pública, e a grande reforma estrutural que defende hoje e garante amanhã a Segurança Social pública de todos os portugueses”.

Segundo referiu Marques Júnior, este conjunto de reformas que têm sido levadas a cabo pelo Governo “não são meros paliativos pensados no curto prazo e tendo sempre presente o horizonte das eleições, antes são medidas que, pela sua profundidade e visão do futuro, são a garantia da sociedade que queremos construir, ou seja, uma sociedade em que todos os cidadãos sejam cidadãos de corpo inteiro, indo assim ao encontro dos objectivos subjacentes aos ideais de Abril”.

E reafirmou que “a solução dos problemas do país não passa pela maledicência, pela desistência, pela resignação, pela suspeição, pela tacanhez, pela demagogia, pela propaganda, por uma luta político-partidária que não coloque acima de tudo os interesses nacionais, na óptica de cada um e no respeito por todos”.

Ao invés, frisou, a solução dos problemas do país exige, tal como o PS defende, “coragem, determinação, visão, não só do imediato

como do médio e longo prazo, seriedade, confiança, competência, capacidade de fazer”.

### Devolver a esperança aos portugueses

Num discurso em que por vezes não conseguiu esconder a emoção, o capitão de Abril referiu que “nesse dia em que recordamos a alegria e a esperança de 1974, devemos renovar o compromisso de tudo fazer para devolver a esperança aos portugueses. Abril só pode ser comemoração se for também compromisso”.

Marques Júnior fez questão de sublinhar ainda que “no contexto em que vivemos hoje, e não esquecendo a nossa história recente, há que ter a humildade de reconhecer que, embora de forma diferenciada, ninguém está isento de culpa e ninguém tem o exclusivo da responsabilidade”, acrescentando que “o mundo vive dias difíceis e perigosos, mas existem também sinais de uma nova época de esperança que pode vir a trazer mais solidariedade e paz” a nível global.

A finalizar a sua intervenção, o deputado socialista lembrou uma mensagem que recebeu de um casal de jovens pais, neste mês de Abril: “Já nasceu o Zeca Afonso; encontra-se bem!... e agora venham mais cinco!”. Ora, assinalando o que foi e representa a Revolução dos Cravos, Marques Júnior disse que “importa salientar que a sua simbologia, a sua força, a sua esperança se continuam e desenvolvem nos jovens porque hoje, como ontem, o 25 de Abril é, sobretudo, amanhã”. J. C. C. B.

## Sócrates acredita em nova maioria absoluta nas legislativas

O SECRETÁRIO-GERAL do PS acredita que os socialistas podem alcançar novamente a maioria absoluta nas próximas eleições legislativas.

A convicção foi manifestada durante a primeira sessão de respostas on-line a um conjunto de perguntas colocadas por cibernautas, no espaço [www.socrates2009.pt](http://www.socrates2009.pt).

Os portugueses, diz José Sócrates, quando forem votar “perceberão que devem dar às forças políticas que escolherem condições para governar o país”.

O facto do país estar a enfrentar muitos e complicados problemas, “alguns muito sérios e difíceis”, sendo por isso os próximos anos determinantes e muito exigentes do

ponto de vista da governação, leva o primeiro-ministro a considerar que os portugueses não permitirão que a governação do país passe para mãos menos competentes, mostrando-se confiante de que o eleitorado “voltará a entregar ao PS a gestão política do Governo”.

“Eu tenho a mais fundada expectativa”, disse ainda o secretário-geral do PS, que os eleitores portugueses “reconheçam que demos o nosso melhor ao longo dos últimos quatro anos”, e que este Executivo “governou sempre com os olhos postos no interesse geral”.

Apesar das inúmeras dificuldades e obstáculos, ao longo desta legislatura, o Governo



avançou para um conjunto de reformas decisivas, “algumas das quais desde há muito reclamadas”, sempre com a ambição de responder ao superior interesse do país, e de melhorar, de forma sustentada, as condições e a qualidade de vida dos portugueses, considerou.

Rato, em Lisboa, entre as 17 e as 18 horas, a um conjunto de questões remetidas por cibernautas, por via e-mail e vídeo, estando acompanhado pelo camarada Carlos Zorrinho que desempenha também as funções de coordenador do Plano Tecnológico e da Estratégia de Lisboa. R.S.A.

Tendo em vista o actual quadro internacional, o Governo tem estado a enfrentar a crise “com coragem e determinação”, recordando a este propósito que ao contrário do que outros defendem, “não está sentado à espera que a crise passe”.

Esta iniciativa inédita, de respostas on-line, decorreu no passado dia 25 de Abril, 35 anos depois da Revolução dos Cravos, tendo o secretário-geral, José Sócrates, respondido em directo desde a sede do Largo do

## OPINIÃO



**RICARDO GONÇALVES**  
Deputado do PS

*A verdade é que Louçã quer é criar desestabilização governativa sobretudo na área do PS fazendo tudo para lhe tirar a maioria*

## PARA O BE É MELHOR UM REVOLTADO QUE UM REVOLUCIONÁRIO

O BLOCO de Esquerda escolheu a cidade de Braga para realizar as suas jornadas parlamentares. O mote foi a crise mas os sinais deixados pelos discursos e por recentes entrevistas são mais importantes e reveladores do que meia dúzia de propostas. Importa desmembrar a estratégia que vem sendo adoptada por Francisco Louçã.

Fazendo a hermenêutica a uma recente entrevista, quando questionado se faria um novo partido com Manuel Alegre respondeu que um partido não se faz de personalidades mas sim por vontade do povo. Curiosa afirmação: Louçã esquece-se que o Bloco foi formado a partir de um conjunto de personalidades vindas de partidos antagónicos.

O que ele não diz é que a ordem ideológica e a estratégia que montou está de tal forma estruturada que ele não a quer dividir com Manuel Alegre. Por um motivo simples: perderia protagonismo, já que foi este mesmo Alegre que ganhou por muitos a Louçã nas presidenciais. Francisco Louçã já conseguiu aquilo que queria arrumando as pedras, de forma colegial, no seu próprio partido, em que Luís Fazenda ficou para o grupo parlamentar e para as autarquias. O Fernando Rosas para explorar a história e lê-la à luz do Bloco de Esquerda, o Miguel Portas para a Europa, a Ana Drago como exagerada arma moralista e o Louçã a liderar. Não querendo assim aceitar que ninguém lhe venha entregar esta hierarquia típica dos partidos verticais da escola filocomunista.

Na mesma entrevista recusa-se a dar apoio a um Governo do PS porque não há condições para a existência de um socialismo real. A verdade é que Louçã quer é criar desestabilização governativa sobretudo na área do PS fazendo tudo para lhe tirar a maioria. Convém-lhe. Quer impedir que o PS ganhe Lisboa ou Porto para impedir que o PS possua estruturas políticas intermédias que ajudem a estabilizar o PS no poder, tudo será feito para que reine a instabilidade no campo político do PS para o Bloco de Esquerda crescer nesse mesmo espaço.

Esta desestabilização pode levar à constituição do chamado Bloco Central que Louçã dirá que é o eixo do mal e no qual empenhará todas as suas forças para o combater tentando aumentar o seu espaço, mas também é certo que o Bloco de Esquerda só se combate com um governo estável que melhore o nível de vida das pessoas e que ponha fim às origens dos protestos que levam o voto ao Bloco de Esquerda. As pessoas que poderão votar no BE não o fazem por uma opção ideológica, mas como protesto contra o poder e o seu comportamento. Isto ficou demonstrado nas eleições presidenciais em que muitos votos de protesto foram para a candidatura do Manuel Alegre, deixando Francisco Louçã e Jerónimo de Sousa com percentagens minúsculas mas ideologicamente coesas. Assim, o que o Bloco vai fazer para criar o caos é cavalgar todos os descontentamentos sociais independentemente das suas origens e vai aproveitar a crise, quando mais longa e profunda melhor, para construir uma base de apoio para ter uma palavra a dizer. E então daqui por uns anos de dificuldades, quando houver vontade popular, segundo diz Louçã, o BE agregará outros partidos e movimentos e constituirá o tal partido liderado por ele, que vai aplicar o socialismo real dos amanhãs que cantam.

Para este projecto, o BE está disponível para cavalgar e agregar descontentamentos, sejam corporativos ou individuais. O PCP é mais fechado ideologicamente achando que é na rua que vence o combate político. A insistência na ditadura do proletariado também não lhe é benéfica. O PCP esquece-se que uma ditadura não é possível e que o proletariado já não existe. Hoje já não se faz um revolucionário mas um revoltado e este é melhor para a estratégia do Bloco de Esquerda. O drama dos comunistas está aqui: ver um partido com ideologias radicais a ultrapassá-los, apesar de todo o chinfrim que o PCP faz na rua como sua prioridade.

## ACTUALIDADE

## PS avança com Jorge Miranda para a provedoria da Justiça

O CONSTITUCIONALISTA Jorge Miranda é o candidato do Partido Socialista ao cargo de provedor da Justiça.

Por muitos considerado como “pai da Constituição de 1976”, o professor da Faculdade de Direito de Coimbra foi a personalidade escolhida pelos socialistas para suceder a Nascimento Rodrigues, numa eleição cuja primeira volta está marcada já para o próximo dia 22 de Maio.

Caso nenhum dos candidatos apresentados pelos diversos partidos venha a obter dois terços dos votos necessários para ser eleito, a conferência de líderes marcará então uma segunda volta entre os dois candidatos mais votados.

A Constituição determina que o provedor da Justiça é um órgão independente e eleito pelo Parlamento por maioria de dois terços dos deputados, sendo o organismo a quem os cidadãos se devem dirigir para apresentar queixas por acções ou eventuais omissões dos poderes públicos.

Malogradas as negociações entre os dois maiores partidos políticos com representação parlamentar no sentido de se avançar para a escolha de uma personalidade consensual, o



PS decidiu antecipar a sua própria candidatura, indicando o nome do professor Jorge Miranda.

A escolha socialista, segundo Alberto Martins, recaiu assim numa personalidade que o líder parlamentar do PS não deixa de classificar como ímpar da vida portuguesa, pela sua “qualidade e dimensão humana”.

Também o deputado socialista António José Seguro se referiu a este assunto, tendo defendido num encontro em Vila Nova de

Gaia que o cargo de provedor da Justiça, a que só os deputados podem apresentar candidatos, “deveria ser aberto aos cidadãos”.

O deputado socialista adiantou, a este propósito, que irá a seu tempo apresentar esta proposta na Assembleia da República, até porque, como salientou, a figura do provedor da Justiça assenta a sua função sobretudo na representação dos cidadãos face às eventuais

“arbitrariedades do poder e da administração pública”.

Jorge Miranda é jurista e professor universitário, regente da cadeira de Direito Constitucional e Direitos Fundamentais, na Faculdade de Direito de Lisboa.

Entre 1975 e 1976, foi deputado à Assembleia Constituinte, tendo então desempenhado um papel importante e decisivo na elaboração da primeira Constituição da República Portuguesa do nosso regime democrático. **R.S.A.**

## Regularize as suas quotas

Valores aplicáveis somente a partir de 2008:

**Quota mínima**

Semestral .....6€  
Anual .....12€

**Quota suplementar**

(Inclui “Acção Socialista”)  
Semestral ...12€  
Anual .....24€

As quotas do PS podem ser regularizadas das seguintes maneiras:

1. Depósito bancário em cheque;
2. Transferência bancária

Conta: Millennium BCP  
PS-QUOTIZAÇÕES - Nº 452 341 62873  
NIB - 0033 0000 4523 4162873 05

Para as operações referidas em 1 e 2 é obrigatório indicar o n.º de militante, no balcão onde as efectuar.

3. Pagamento através do MULTIBANCO da seguinte forma:

ENTIDADE 20132  
REFERÊNCIA 0000...+ N.º DE MILITANTE  
(total de 9 dígitos)

MONTANTE Quota mínima (Semestral - 6€, Anual - 12€)  
Quota suplementar (Semestral - 12€, Anual - 24€)

Linha Azul  
808 201 695

Contamos consigo!





# Tratado de Lisboa dá maior dimensão social à Europa



“NÃO há assunto que diga mais respeito à Europa do que os direitos fundamentais dos trabalhadores”. Esta uma ideia sublinhada pelo candidato socialista às eleições europeias, Vital Moreira, numa sessão em Odivelas.

Sobre o tema escolhido o “Tratado de Lisboa e as suas implicações laborais e sociais”, o cabeça-de-lista do PS ao Parlamento Europeu começou por defender que este tratado, “pelo conjunto de novidades que introduz” sobretudo no “capítulo dos temas sociais”, dotará a União Europeia com um nova dimensão, razão porque em sua opinião, a problemática social “passará a ser transversal a todas as políticas europeias”.

Com efeito, disse, nunca como no Tratado de Lisboa, a Europa foi tão longe em relação às questões sociais.

Desde 1957, recordou, quando se começaram a dar os primeiros passos na construção do edifício europeu, os temas abordados relacionaram-se com a temática económica ou com a livre circulação de bens e de serviços.

Só com o Tratado de Lisboa, acrescentou Vital Moreira, é que a Europa passará a dispor de um conjunto de dispositivos legais que lhe vão permitir olhar para as questões sociais de uma maneira mais actual e integrada.

Por outro lado, como também frisou, com a aprovação do Tratado de Lisboa, o Parlamento Europeu ganhará uma nova dimensão e novos poderes para debater as questões de ordem social, passando então a desempenhar, também neste capítulo, “um papel determinante”.

Vital Moreira garantiu mesmo que não ter dúvidas de que o futuro Parlamento Europeu desempenhará “logo que seja eleito”, um papel fundamental no debate alargado sobre o Tratado de Lisboa e as “implicações que este documento estratégico terá nas áreas laborais e sociais”.

Se é verdade, disse ainda, que a Constituição da República Portuguesa “trouxe uma nova dimensão à vida dos portugueses”, igualmente se poderá fazer o paralelo e dizer que o Tratado de Lisboa, quando aprovado, “contribuirá, de forma

decisiva, para a construção da Europa social”.

O novo Tratado, acrescentou, para além de outras novidades, consigna novos mecanismos legais de diálogo e de concertação social no seio da União Europeia, que permitirão a abertura de “um catálogo de direitos fundamentais”, que estabelecerão um conjunto normativo que irá permitir aos trabalhadores e às suas organizações representativas procederem a conversações e entendimentos com as estruturas políticas da Europa.

Vital Moreira terminou a sua participação neste encontro, apelando ao voto no Partido Socialista para o Parlamento Europeu, e lamentou que os candidatos da oposição não estejam a apresentar ao eleitorado as políticas europeias que dizem ir defender no Parlamento Europeu, “optando antes por levantar questões como a transferência de fundos comunitários para Portugal” ou “perdendo-se em ridículas questões que nada têm a ver com as verdadeiras questões relacionadas com a construção europeia”. **R.S.A.**

## Inês de Medeiros é a mandatária do PS às europeias

O CABEÇA-DE-LISTA do PS ao Parlamento Europeu, Vital Moreira, que entregou oficialmente no dia 24 a lista de candidatura no Tribunal Constitucional, em Lisboa, apresentou a actriz e realizadora Inês de Medeiros como mandatária da candidatura socialista.

Após a entrega da documentação no tribunal, Vital Moreira disse que defende políticas de apoio às redes transnacionais de transportes, e sublinhou a importância da coesão territorial bem como a necessidade da segurança das fronteiras externas da União.

Já o presidente do PS, Almeida Santos, que também acompanhou a delegação socialista na entrega dos



documentos no Tribunal Constitucional, apresentou a “artista e mulher de cultura” Inês de Medeiros como a mandatária da campanha do PS à Europa.

Por sua vez, Inês de Medeiros afirmou que “pretende convencer os portugueses de que não existem soluções individuais”, e que “é importante as pessoas pensarem Portugal como Europa”.

A mandatária assumiu-se como uma mulher dividida entre duas culturas e dois países, mas que vai estar presente na campanha para “tentar convencer as pessoas que a Europa não é uma coisa muito longínqua”.

Vital Moreira agradeceu publicamente a presença da actriz e realizadora e considerou que os seus “argumentos e valores” vão contribuir para convencer os portugueses a votarem e assim combater a abstenção.

### OPINIÃO



ARMANDO FRANÇA  
Deputado no Parlamento Europeu

*Pude também constatar que os responsáveis políticos de El Salvador, do poder e da oposição, consideram muito Portugal e o Governo português*

## DA GUERRILHA À DEMOCRACIA

A FRENTE Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN) foi originariamente uma organização de guerrilha, guevarista e de inspiração cubana, em El Salvador. A FMLN resultou da junção de várias organizações guerrilheiras e combateu no terreno as forças militares salvadorenhas até 1992, altura em que se celebraram os acordos de paz que conduziram o país à normalidade e integraram a FMLN no campo da disputa político-partidária e eleitoral (eleições locais, parlamentares e presidenciais) pacífica e democrática.

Durante 17 anos e enquanto abandonava a organização e a estrutura organizacional armada, a Frente foi-se preparando para a disputa democrática, ganhando uma ou outra autarquia de importância política (como foi o caso há três anos de San Salvador) e obtendo cada vez melhores resultados para o órgão legislativo nacional. Este ano, em Janeiro, a FMLN já obteve o melhor resultado nas eleições legislativas, isto é, foi o partido que elegeu mais deputados e nas locais foi o partido que venceu em mais câmaras municipais, perdendo embora a capital, San Salvador.

Agora, nas eleições presidenciais do passado dia 15 de Março o candidato apoiado pela FMLN, Mauricio Funes, ganhou mesmo a eleição, derrotando o candidato apoiado por toda a direita salvadorenha, Rodrigo Ávila.

Foi uma vitória verdadeiramente histórica, que pôs fim a um ciclo e a um passado marcado pela influência ideológica de forças vincadamente de direita, herdeiras de um militarismo conservador e ultramontano e sob a condescendência se não mesmo o apoio dos EUA, sobretudo quando as respectivas administrações mais se identificavam com políticas de direita e militaristas.

O sistema político de El Salvador é presidencialista. O Governo e a Administração estão sob a responsabilidade directa do presidente, que tem agora uma tarefa muito difícil e complexa. Com efeito, por um lado, há que aperfeiçoar e melhorar o sistema político (p. ex. com leis de financiamento dos partidos, de financiamento das campanhas eleitorais, de tempos de antena, etc.), por outro lado, há que desenvolver e aplicar políticas que contribuam para superar o analfabetismo (cerca de 20%), que levem água, luz e saneamento básico a toda a população (há graves carências), que resolvam as grandes lacunas em matéria de saúde pública, de transportes, de segurança, de habitação e que prevejam um modelo coerente e sustentado de desenvolvimento.

A tarefa é imensa para os responsáveis políticos, mas também para toda a população de El Salvador (cerca de sete milhões, maioritariamente entre os 16 e os 25 anos). A Europa está em vias de concluir um importante acordo de cooperação com El Salvador, cuja matriz é a do apoio ao desenvolvimento e à democracia, num contexto de respeito pelos direitos humanos. Mas, este apoio só por si não chega; é necessário que o seu quase vizinho americano lhe estenda uma mão séria e amiga e também apoie o país e os salvadorenhas.

Integrado na Missão de Observação Eleitoral do PE às eleições presidenciais salvadorenhas pude verificar e concluir tudo isto, em especial a importância do apoio sincero e concreto da União Europeia a El Salvador e o alto apreço que os salvadorenhas têm em geral pela União Europeia.

Mas pude também constatar que os responsáveis políticos de El Salvador, do poder e da oposição, consideram muito Portugal e o Governo português. Ouvi da responsável máxima das relações exteriores de El Salvador referências muito elogiosas aos nossos ministros Luís Amado e Mariano Gago e, vejam só, ao nosso... computador “Magalhães”. Ora, estas referências são o nosso (e o da UE) aval. São a garantia e a prova de que uma política externa activa, solidária, cooperante e sincera compensa, quer no plano político quer no de outros legítimos e bilaterais interesses (sociais, económicos e da democracia em geral) e são a “prova provada” do justo acerto da política externa do Governo socialista português.



# Socialistas debatem identidade europeia e os grandes desafios do futuro

“A Singularidade Europeia” foi o tema central do primeiro módulo do novo curso de formação política promovido pela Fundação Res Publica, conjuntamente com o Grupo Parlamentar do PS, com vista a proporcionar informação introdutória sobre as várias dimensões do processo de construção europeia. Neste curso sobre “O Projecto Europeu”, cuja sessão inaugural foi aberta à Comunicação Social, Augusto Santos Silva aprofundou as marcas distintivas da identidade europeia, enquanto Alberto Martins dissertou sobre os grandes desafios que se perfilam no horizonte global, em geral, e europeu, em particular.

MARY RODRIGUES

A ABRIR a conferência realizada no auditório do Edifício Novo da Assembleia da República, no dia 29 de Abril, Augusto Santos Silva, ministro dos Assuntos Parlamentares, começou por frisar que é possível falar, “inequivocamente”, de uma identidade europeia num duplo sentido.

É “uma identidade que aproxima os europeus das várias europas” e, ao mesmo tempo, “uma identidade que singulariza o nosso continente face a outras regiões do globo”, explicou o governante.

Depois, passou a elencar os nove traços que distinguem a identidade europeia.

Para Santos Silva, a Europa é uma “referência de modernidade”, de lógica criadora e inovadora. Mas a identidade europeia é também associada ao desenvolvimento democrático do liberalismo político,

ao multilateralismo, à concepção sistémica dos direitos humanos e à vinculação recíproca do humanismo e da laicidade.

O enquadramento republicano da diferença cultural, o modelo social, o social como factor de produção e a autonomia da cultura, são igualmente marcas distintivas do que é ser europeu, de acordo com Augusto Santos Silva.

Por seu turno, o presidente do GP/PS centrou a sua intervenção nas mudanças geradas pela actual crise internacional e, essencialmente, nos desafios que se apresentam à Europa, “uma referência mundial” e a “âncora onde os portugueses vivem e continuarão a viver”.

Alberto Martins referiu então os cinco reptos que se colocam aos europeus e aos portugueses, sublinhando em primeiro lugar aquele que se prende com a segurança.

“Esta é uma das fragilidades da Europa”, disse, defendendo ser



urgente e necessário que a União se organize “para assegurar a sua defesa face a crises energéticas, pandemias, alterações climáticas, entre muitas outras ameaças à sua estabilidade”.

Como segundo desafio apontou a necessidade de procurar um novo modelo de desenvolvimento assente em energias alternativas e renováveis, bem como numa nova organização social.

O desafio da solidariedade segue em terceiro lugar, com Alberto Martins a lembrar que o abismo entre ricos e pobres continua a aprofundar-se e que, no contexto europeu, deve ser garantido a qualquer cidadão da Europa um “mínimo vital” que lhe permita viver inserido nos parâmetros da dignidade.

Uma nova regulação política,

económico-comercial e social é designada por Alberto Martins como o quarto desafio.

“A crise demonstrou-nos que o primado do mercado falhou e acabou”, afirmou o líder parlamentar socialista, para quem a regulação dos Estados e uma nova ética mundial são imperativos categóricos nesta época de globalização.

Como quinto desafio destacou a preservação da universalidade e da indivisibilidade dos direitos humanos, tanto os políticos, os sociais, os culturais, como os económicos e civis.

De referir que o terceiro curso de formação política da Fundação Res Publica sobre “O Projecto Europeu” prosseguirá com mais quatro módulos: A Europa Política – Segundo e Terceiro Pilares, As Políticas da

Europa I, As Políticas da Europa II e O Futuro da União Europeia.

No âmbito do segundo módulo, a decorrer nos dias 5 e 7 de Maio, Margarida Marques, chefe da Representação da Comissão Europeia em Portugal, abordará questões relacionadas com a política externa, de segurança, justiça e assuntos internos, bem como a reforma das instituições.

A 12 e 14 de Maio, Carlos Zorrinho, coordenador nacional da Estratégia de Lisboa, e Arminda Neves, coordenadora nacional adjunta, falarão, no quadro do terceiro módulo do curso, sobre a dimensão social do projecto europeu, nomeadamente sobre qualificação, emprego, coesão social, investigação, desenvolvimento e inovação.

A dimensão económica – competitividade, empreendedorismo, eficiência dos mercados e resposta à crise internacional – será tratada pelos mesmos formadores nos dias 19 e 21 de Maio.

A conferência de encerramento está a cargo do presidente da Fundação Res Publica, António Vitorino, e decorrerá no dia 20 de Maio, pelas 18h30, na Assembleia da República.

## Comemorações do centenário de Manuel Tito de Morais

MANUEL Tito de Morais, fundador e ex-presidente honorário do PS, faria cem anos em 28 de Junho de 2010. Para assinalar essa data foi constituída, em Lisboa, a Comissão das Comemorações do Centenário de Manuel Tito de Morais, que reúne mensalmente na sede nacional do partido, no Largo do Rato, para organizar e coordenar as diversas iniciativas que serão levadas a cabo.

A Comissão apela às secções do PS e da JS de todo o país para organizarem os diversos eventos ao longo do ano de 2010 destinados a recordar a figura ímpar de Tito de Morais como fundador do Partido Socialista, antifascista e obreiro da democracia.

Manuel Tito de Morais iniciou a sua actividade política aos 16 anos numa greve estudantil no Liceu Camões. Em 1945, aderiu ao Movimento de Unidade Democrática (MUD) de que seria membro da Comissão Central, tendo sido preso dois anos depois. Despedido do seu emprego por razões políticas, viu-se obrigado a partir para Angola, onde continuou a luta pelos seus ideais democráticos. Aí seria preso de novo em 1961,

quando eclodiu a Guerra Colonial.

Enviado, sob prisão, para Lisboa, seria libertado no aeroporto. De novo sem emprego, dirige-se agora para o estrangeiro. França, Alemanha, Brasil, Argélia e Itália foram países onde militou activamente nos movimentos unitários da oposição.

Em Roma, como representante da Acção Socialista Portuguesa (ASP) foi o fundador e primeiro director do jornal “Portugal Socialista”, que constituiu uma enorme mais-valia para a organização e mobilização dos socialistas portugueses no interior e exterior, que levaria à constituição do Partido Socialista em 1973, na Alemanha.

Após a Revolução de 25 de Abril de 1974, Manuel Tito de Morais empenhou-se na organização interna do Partido Socialista e, em 1975, foi eleito deputado por Viana do Castelo à Constituinte.

Foi deputado durante várias legislaturas e presidente da Assembleia da República em 1983/84, com um intervalo durante o VI Governo Provisório e o I Governo Constitucional, em que desempenhou as funções



de secretário de Estado da População e Emprego.

Toda esta actividade decorreu a par de uma grande militância partidária nos diversos órgãos dirigentes do partido, sendo presidente do PS entre 1986 e 1988 e depois presidente

honorário até à sua morte em 1999.

Os camaradas interessados em participar e colaborar com a Comissão poderão contactar Carolina Tito de Morais - 960477657 - ctitomorais@sapo.pt e Maria José Gama - 966081997 - mjcgama@gmail.com.



André Figueiredo, secretário nacional Adjunto para a Organização

# “Os militantes são o que de mais valioso o PS tem”

O PS tornou-se “mais actual, mais moderno, mais dinâmico e o único que promove espaços de debate de ideias fora da lógica interna”, afirma o secretário nacional Adjunto, André Figueiredo, que, em entrevista ao “Acção Socialista”, defende que é preciso “mobilizar as energias” dos socialistas de todo o país com vista aos três actos eleitorais que vão ter lugar ao longo deste ano. “Os militantes são o que de mais valioso o PS tem e a prova disso está patente em vários momentos da nossa história”, sublinha, acrescentando que o que faz do nosso partido “ganhador” é a “qualidade das pessoas que apresenta nas eleições”.

**Foi lançado no Congresso de Espinho o site [www.socrates2009pt](http://www.socrates2009pt), de apoio à reeleição do actual primeiro-ministro nas próximas legislativas. Que importância atribui a este novo instrumento?**

É essencial que o PS demonstre o quanto está aberto à sociedade e o quanto valoriza a opinião individual de cada um.

É fundamental que, cada vez mais, se promova a criação de mecanismos que possibilitem a participação das pessoas, de todas as pessoas.

É essencial que as pessoas participem, digam o que pensam, façam parte integrante de um projecto político que também o sintam seu e que nele vejam, de diversas e diferentes formas, as suas opiniões, as suas perspectivas valorizadas. O [socrates2009pt](http://www.socrates2009pt) foi feito para as pessoas. Desde o início que o seu objectivo é informar mas, principalmente, ser um mecanismo para que todos participem sobre um qualquer tema sem restrições. É um site feito por todos e para todos.

**Como funciona este novo espaço e de que forma os militantes, simpatizantes e eleitores poderão participar neste meio de comunicação?**

O site funciona interligado com as redes sociais, como o hi5, o Facebook e o Twitter, que permitem, por um lado, passar informação e, por outro, receber contributos de todos sobre as matérias que cada utilizador entender. Paralelamente, surge um movimento de discussão e debate, onde todos através de vários mecanismos como os chat e as questões colocadas em suporte vídeo podem interagir e ver muitas das suas opiniões comentadas e questões respondidas. Neste último mês José Sócrates, no dia 25 de Abril já respondeu, em directo, a dezenas de questões de portugueses, colocadas em suporte vídeo e Augusto Santos Silva e Vieira da Silva participaram num chat em que durante duas horas responderam a centenas de questões colocadas pelos cidadãos.

As pessoas cada vez mais se in-

teressam por formas muito mais informais e que impliquem menos dificuldade nos métodos de participação. Quanto mais mecanismos disponibilizarmos, mais nos direccionamos a todos. O que pretendemos é isso mesmo; que todos participem.

Por outro lado, todas as semanas, é seleccionado um tema de interesse que é discutido, debatido através do fórum on-line e, também através de depoimentos de diversas personalidades de diferentes áreas que já registados aderiram ao movimento e participam através de depoimentos escritos, em vídeo, entre outros.

**Que papel podem desempenhar ao nível da mobilização e informação com vista aos próximos actos eleitorais o site do PS e o jornal do partido, o “Acção Socialista”, bem como outros meios de comunicação que estão hoje ao dispor?**

Todos estes meios têm sido fundamentais na actividade política exercida pelo Partido Socialista. Mas, além dos que refere, junto-lhe ainda a Fundação Res Publica, o movimento do Fórum Novas Fronteiras e a Geração de Ideias. Todos estes meios assumiram um compromisso público de criar, debater, difundir, informar, contribuindo para a definição uma estratégia política. Portugal precisa de criação, de modernidade e de inovação.

Todos, em conjunto, seguem este caminho. Possibilitam um excelente exercício da cidadania que não têm paralelo em nenhum movimento de autoria de um outro qualquer partido político português. Só o Partido Socialista se tem preocupado em impulsionar a criação de iniciativas que promovam o debate com todos e que não se limitem à discussão de questões internas. Os novos tempos exigem respostas abrangentes que incluam e não excluam. Os diversos eventos que temos visto serem organizados pela Res Publica, Geração de Ideias e Novas Fronteiras marcam um ponto de viragem.

O Partido Socialista tornou-se mais actual, mais moderno, mais dinâmico e o único que promove



## PERFIL

NASCIDO em 1976, jurista, André Figueiredo iniciou a sua actividade política na Juventude Socialista desde 1993, onde militou até aos 30 anos de idade. Foi mandatário distrital da Guarda da Juventude da candidatura de Jorge Sampaio em 1996 à presidência da República. Liderou a Concelhia do PS de Seia em 2003, e é actualmente deputado da Assembleia Municipal de Seia e dirigente distrital do PS/Guarda.

Na sequência do XVI Congresso Nacional, realizado em Espinho, foi eleito secretário nacional Adjunto do PS.

espaços de debate de ideias fora da lógica interna. São iniciativas que sinalizam a abertura do nosso partido aos independentes, aos intelectuais, ou seja, a todos os que querem participar na vida política e na vida cívica.

É essencial assegurar um espaço assente no debate, na iniciativa, nas ideias e acções individuais dos portugueses. É bom constatar que o Partido Socialista valoriza o mérito, a iniciativa, o empreendedorismo. Em muitas iniciativas o PS tem demonstrado que não se preocupa muito com a propaganda eleitoral mas sim em possibilitar que todos conheçamos portugueses de sucesso que se distinguem pelo seu esforço e pelos resultados obtidos em diferentes áreas. O país precisa, cada vez mais, de todos e do melhor que tem.

**Que comentário lhe merece as críticas de alguma oposição, segundo as quais o facto de Vieira da Silva ser responsável pela orga-**

**nização do PS é incompatível com o seu cargo de ministro?**

O Vieira da Silva não ficou conhecido agora por ficar responsável por as campanhas eleitorais. É um dos mais destacados camaradas, com provas dadas e bons resultados apresentados enquanto governante e dirigente do PS. A sua seriedade e capacidade política são a sua imagem de marca. É um homem dinâmico, com um pensamento moderno e muito estimado por todos.

**Como secretário nacional Adjunto que papel lhe está destinado na organização das três campanhas eleitorais em que o PS está envolvido este ano?**

As minhas funções são as de dar todo o apoio nas várias e diferentes áreas da vida do PS. Não temos funções exclusivamente atribuídas a cada um dos dirigentes nacionais. Funcionamos em grupo e em equipas de trabalho.

Por outro lado, dedico parte do meu tempo aos mandatos que me foram conferidos para a Assembleia Municipal de Seia e para Federação do PS Guarda. Estas são experiências políticas extraordinárias que muito valorizo. São estas as minhas raízes que muito me orgulham.

**Como se pensa mobilizar os militantes, simpatizantes e independentes para uma participação activa nos três actos eleitorais que vão ter lugar este ano?**

O nosso dever é mobilizar as energias dos socialistas de todo o país. Os militantes são o que de mais valioso o PS tem e a prova disso está patente em vários momentos da nossa história.

Os socialistas sabem que a responsabilidade que o PS tem é grande. Sabem que não houve, na

história deste país, um Governo tão reformista como o actual. O trabalho tem que continuar a ser feito e disso não há dúvidas.

Este Governo, ao deparar-se com as dificuldades, não ficou a contemplar o passado, nem adiou por mais tempo as transformações necessárias. Estas são as marcas que todos os socialistas reconhecem e que são essenciais para que nos mobilizemos em torno de um projecto de governação que continue o rumo e que consolide as várias reformas em curso.

Portugal é hoje um país com as contas públicas colocadas na ordem, é um país que dá importância à qualificação dos portugueses, é conhecido por a implementação de boas medidas sociais que deram esperança a muitos milhares de portugueses. Entre muitas, estas são algumas das razões que acredito essenciais para que as pessoas se mobilizem em torno do projecto político do PS. O nosso partido tem resultados e bons resultados e isso é a maior das verdades, custe a quem custar.

**Como está a decorrer a escolha e a apresentação dos candidatos socialistas às câmaras e juntas de freguesia do país, com vista às próximas eleições autárquicas?**

Como sabe esta matéria está entregue ao camarada Miranda Calha que a tem tratado com todo o empenho e dinamismo. O Partido Socialista tem uma boa política autárquica e bons autarcas. Apresentamo-nos ao eleitorado com pessoas capazes e interessadas no melhor para os seus concelhos. Esses serão os nossos melhores trunfos para as eleições autárquicas. O que faz do Partido Socialista ganhador é a qualidade das pessoas que apresenta nas eleições.



# Militantes de Lisboa comemoraram Abril e fundação do partido

Várias centenas de militantes encheram por completo o recinto da Voz do Operário para assinalar 36 anos do PS e os 35 anos do 25 de Abril, uma iniciativa da Concelhia de Lisboa, que teve como oradores António Costa, Marcos Perestrelo, Miguel Coelho e Diogo Leão.

NA SUA intervenção, no jantar de confraternização, o presidente da Câmara de Lisboa, António Costa, fez um forte ataque ao PSD que ameaça na Assembleia Municipal não aprovar os meios financeiros necessários para o Executivo da edilidade fazer a reabilitação dos bairros municipais. “Absolutamente incompreensível”, foi como o também dirigente socialista classificou esta postura dos autarcas laranja. Por outro lado, António Costa reafirmou que o PS esteve, está e estará “disponível” para uma coligação de esquerda em Lisboa. “Não é por nós, socialistas, que ela não existe”, disse.

Já Marcos Perestrelo, de saída da vice-presidência da Câmara

de Lisboa para se candidatar ao município de Oeiras, agradeceu o apoio prestado pelos socialistas à sua acção na edilidade alfacinha, reiterando o seu “orgulho em ter tido o privilégio de trabalhar com um líder como António Costa”. E manifestou a sua convicção de que os lisboetas nas urnas saberão reconhecer o trabalho desenvolvido em Lisboa pelo Executivo socialista, que herdou uma situação gravíssima do ponto de vista financeiro e uma grande e profunda desorganização da anterior gestão do PSD.

Por sua vez, o presidente da Concelhia do PS/Lisboa, Miguel Coelho, reiterou a “total disponibilidade” dos militantes socialistas para “estar no terreno



ao lado de António Costa na sua reeleição”, denunciando simultaneamente “o mais do mesmo” que representa a candidatura de Santana Lopes ao município, onde deixou “uma dívida monstruosa por pagar, obras

paralisadas por toda a cidade, contratação de uma multidão de assessores, destruição do equilíbrio financeiro das empresas municipais e muito ‘show-off’”.

Nesta sessão, também interveio o líder da JS de Lisboa, Diogo

Leão, que reivindicou o “reforço do papel” dos jovens socialistas na vida partidária, que, frisou, se “empenharão a fundo na reeleição de António Costa e nas campanhas para as eleições europeias e legislativas”. J.C.C.B.

## Socialistas da Guarda promovem Novas Fronteiras regional

COM o objectivo de construir uma rede permanente de relações entre personalidades destacadas da região, a Federação do PS da Guarda organizou um Fórum Novas Fronteiras intitulado “Desafios para um Portugal Moderno”.

Esta iniciativa de carácter regional, que lotou recentemente o salão de Congressos do Hotel de Turismo da Guarda, contou com a participação do líder da Federação socialista, José Albano Marques, que abriu a sessão salientando a importância deste evento para a Guarda, em particular, e para todo o interior, em geral.

No Fórum Novas Fronteiras – Guarda intervieram o professor catedrático Luís Tadeu, sobre “As plataformas logísticas como motor de desenvolvimento”, o secretário de Estado adjunto das Obras Públicas e Comunicações, Paulo Campos, sobre “Investimento público” e o presidente da CCDD-Centro, Alfredo Marques, sobre “As oportunidades do QREN”.

Embora abordando diversos temas de actualidade, os conferencistas frisaram, consensualmente, o papel que muitas personalidades independentes têm tido na sociedade portuguesa, caminhando lado a lado com o actual Governo, e apoiando as boas práticas governativas

Na sessão de encerramento do fórum participaram o presidente da Câmara Municipal da Guarda, camarada Joaquim Valente, a dirigente nacional do PS e secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação, Idália Moniz, e a consultora especial da União Europeia para a Agenda de Lisboa, Maria João Rodrigues.



De referir ainda que o Novas Fronteiras – Guarda conta com um Conselho Consultivo integrado por um conjunto de personalidades que estão em condições e na disponibilidade de ajudar a relançar uma região.

São elas: João Almeida Santos, coordena-

nador do Conselho Consultivo do Fórum Novas Fronteiras – Guarda, António de Almeida Santos, presidente do PS, Jaime Silva, ministro da Agricultura, António Castro Guerra, secretário de Estado adjunto da Indústria e Inovação, Humberto Chaves Rosa, secretário de Estado do Ambiente,

Luís Filipe Reis, Nuno Silva, Nuno Almeida, Rita Mendes, Orlindo Vicente, José Monteiro, Carlos Panta, António José Rocha, Armando Carneiro, Rui Teixeira, António Dionísio, Carlos Camelo, Amílcar Salvador e Emílio Mesquita integram, por sua vez, o Conselho Executivo deste fórum. M.R.

Gomes Canotilho, jurista, constitucionalista e professor catedrático na Universidade de Coimbra, António Fonseca Ferreira, presidente da CCDRLVT, Maria do Carmo Borges, governadora civil da Guarda, Idália Moniz, secretária de Estado Adjunta para a Reabilitação Social, Joaquim Pina Moura, presidente da Iberdrola Portugal, Herculano Martins, presidente da Cruz Vermelha da Guarda, Eduardo Lourenço, ensaísta, Luís Tadeu, professor catedrático do ITS e Luís Couto, sub-diretor-geral para a Reinscrição Social do Ministério da Justiça.

João Almeida Santos, José Albano Marques, Albino Bárbara, Joaquim Valente, Olga Maria Marques, André Figueiredo, Nuno Quiaios,



## Artur Penedos critica gestão camarária do PSD na Câmara de Paredes

ARTUR Penedos, candidato do PS nas próximas eleições autárquicas a Paredes e actual membro da Assembleia Municipal local, criticou a gestão autárquica do PSD na Câmara Municipal, considerando-a prejudicial e altamente lesiva para a vida e o bem-estar da população.

Penedos justificou a este propósito o voto contra do PS nas contas apresentadas pelo Executivo autárquico, por não as considerar fiáveis, nem reflectirem tão-pouco, como sublinhou, qualquer tipo de transparência ou rigor em relação à situação financeira do município.

Por outro lado, salientou ainda, as contas apresentadas pelo Executivo do PSD, “não respeitam sequer o Orçamento aprovado”, retirando deste modo aos cidadãos “a garantia de que os recursos usados vão poder ajudar a maximizar o seu bem-estar e a competitividade do município”.

Na opinião do candidato do PS, o problema começou logo com o Orçamento de 2008, “da total responsabilidade do PSD”, já que



“uma longa série de investimentos” que o Executivo camarário bem sabia, desde o início, que não podiam ir em frente, porque “não havia financiamento para eles”.

Perante este cenário, Artur Penedos não tem dúvidas de que as contas apresentadas pelo Executivo do PSD da Câmara Municipal de Paredes “não têm qualquer fiabilidade”, recordando que a edilidade gastou, em 2008,

se tratou de um documento que não só não primou pelo rigor, “como politicamente nem sequer foi sério”.

A este propósito, recordou Penedos, que o Orçamento compreendia

mais de 45 milhões de euros, dos quais, cerca de 25 milhões com despesas correntes, “sendo que só as despesas com o pessoal representam perto de um quarto da despesa total”. R.S.A.

## Joaquim Couto apresenta medidas para combater desemprego em Gaia

CASO seja eleito presidente da Câmara Municipal de Gaia, o candidato socialista Joaquim Couto propõe-se levar a cabo um conjunto de medidas que visam o controlo do número de desempregados no concelho, a criação de novos postos de trabalho a nível local e dar resposta aos problemas sociais que os gaienses enfrentam actualmente.

A garantia foi deixada por Joaquim Couto, no passado dia 4 de Maio, durante um encontro com a Comunicação Social no qual expôs e analisou a “preocupante” situação do desemprego no concelho.

Citando dados do Instituto de Emprego e Formação Profissional, o candidato referiu que, em Março deste ano, Gaia era o concelho com o maior número de desempregados no país, superando os 20 mil inscritos.

Solidário com os gaienses desempregados, Joaquim Couto estranhou o alheamento da Câmara Municipal perante “tão grave problema”, lamentando que Gaia conte com um presidente que “se preocupa apenas com o que tem visibilidade e com o seu próprio projecto partidário a nível nacional”.

Para o candidato do PS, este é um cenário típico de uma “liderança municipal em fim de ciclo” e que nos últimos anos “apenas se preocupou com o betão”, pelo que, “no actual mandato tem uma mão



cheia de nada para apresentar aos gaienses”.

Assim e perante a situação de desemprego que se vive em Gaia, a candidatura socialista defende a criação de um Observatório Municipal de Emprego, apoios para famílias com os dois cônjuges desempregados, programas específicos de formação com o apoio da autarquia, criação de um

Programa Municipal de Apoio ao Auto-Emprego e de programas de isenção de taxas municipais para as micro e médias empresas, como forma de incentivo à geração de mais emprego.

A candidatura liderada por Joaquim Couto sustenta também que é preciso fomentar, através de parcerias com entidades financeiras, o microcrédito. M.R.

## ESMERALDO CARVALHINHO AVANÇA NOVAMENTE EM MANTEIGAS

FAZER de Manteigas “um concelho com futuro” é o lema de Esmeraldo Carvalhinho na sua recandidatura à presidência da câmara, que em 2005 lhe escapou por apenas um voto.

Segundo o cabeça-de-lista do PS, “há quatro anos a população votou maioritariamente contra quem se senta hoje na cadeira da presidência da câmara. Esse descontentamento continua porque nada melhorou em Manteigas, antes pelo contrário”.

Nas diversas áreas da actividade autárquica, o candidato promete que “focará a sua atenção e o trabalho necessário à prossecução dos interesses dos manteiguenses, assumindo pessoalmente as suas responsabilidades enquanto presidente da câmara, perante todas as circunstâncias” e adianta que “as responsabilidades não serão delegadas como hoje acontece na Câmara de Manteigas”.

No actual quadro, Esmeraldo Carvalhinho considera que as próximas eleições autárquicas assumem uma especial importância, porque marcarão “a diferença entre um concelho melhor, um concelho com futuro, ou a continuação da degradação económica e da estrutura social de Manteigas”.

Ou seja, explica, “é a diferença entre continuar a viver em Manteigas, ou ter que procurar sustento noutra parte”, referindo que “a responsabilidade nas próximas autárquicas não será só de alguns, será de todos, pois todos os manteiguenses devem carregar consigo a responsabilidade de mudar a gestão do concelho, se não querem que tudo fique ainda pior”.

Esmeraldo Carvalhinho afirma ainda que “conta com todos, independentemente das cores políticas, porque, de facto, o que está em causa não são os partidos políticos, mas sim a dignidade de Manteigas e a qualidade de vida dos manteiguenses”.

O candidato socialista sublinha que tem “um projecto capaz de devolver aos manteiguenses, o orgulho na sua terra. Um projecto que oportunamente apresentará a toda a população, com as medidas concretas para cada área das competências e obrigações municipais”.

E, a concluir, Esmeraldo Carvalhinho promete “trabalho, trabalho, trabalho e trabalho”. J.C.C.B.



## PS/VILA FRANCA APROVA CANDIDATURAS ÀS FREGUESIAS

A COMISSÃO Política Concelhia do PS de Vila Franca de Xira aprovou recentemente os nomes dos seus cabeças-de-lista às 11 freguesias do concelho a apresentar às eleições autárquicas.

Assim, foram escolhidos os camaradas Luís Filipe Dias (Alhandra), Afonso Costa (Alverca do Ribatejo), José Vale Melo (Cachoeiras), António Salvador (Calhandriz), Pedro Castelo (Castanheira do Ribatejo), António José Inácio (Forte da Casa), Jorge Ribeiro (Póvoa de Santa Iria), Hugo Moisés Vicente (São João dos Montes), José Manuel Peixeiro (Sobralinho), Pedro Marujo do Canto (Vialonga) e José Fidalgo (Vila Franca de Xira).

Continuar, juntos, a fazer um futuro melhor para todos é o objectivo consensual das candidaturas socialistas aos órgãos autárquicos de Vila Franca, conforme reafirma, em comunicado, o PS local.

No documento, os socialistas salientam que neste ano de eleições autárquicas “o Partido Socialista se apresenta consciente da obra feita e sabendo que as linhas que tem vindo a prosseguir devem ser continuadas com determinação e sempre numa postura de diálogo com os munícipes e com as forças vivas do concelho”.





## OPINIÃO

TERESA VENDA  
Deputada do PS

*Um programa de humanização hospitalar deve criar um ambiente voltado para o cuidado humano e para uma cultura de respeito e valorização não da doença, mas de cada pessoa que adoeece*

## ACOMPANHAMENTO FAMILIAR EM AMBIENTE DE INTERNAMENTO

O PARTIDO Socialista com a apresentação do projecto lei que reforça e estende o regime jurídico de acompanhamento de criança e pessoa com deficiência internadas em hospital ou unidade de saúde, deu mais um passo no desenvolvimento da humanização dos serviços prestados no Serviço Nacional de Saúde ao tornar a situação de internamento o menos traumática possível e assim aprofundar este direito de cidadania.

A doença e o internamento hospitalar confrontam-nos com as situações de maior fragilidade e vulnerabilidade do ser humano e desafia-nos para a concretização de políticas voltadas para as necessidades das comunidades mais frágeis, para a humanização dos equipamentos e dos cuidados de saúde oferecidos.

Um programa de humanização hospitalar deve criar um ambiente voltado para o cuidado humano e para uma cultura de respeito e valorização não da doença, mas de cada pessoa que adoeece, que deve ser tratado e considerado pelo que é – um ser humano único a quem devemos, para além dos cuidados médicos e terapêuticos, garantir estabilidade emocional e conforto psicológico.

Focalizar a humanização na pessoa doente compreende, antes de tudo, uma relação de cuidado, traduzida no acolhimento compreensivo, na sensibilidade, no respeito e na compreensão do ser doente e não da doença. Significa, também, reduzir ao mínimo a ruptura entre a vida normal da pessoa doente e aquela que lhe impõe restrições. Significa reduzir a insegurança emocional. Significa que a pessoa doente e a sua família precisam de ser acolhidos e compreendidos a partir da sua história pessoal e social, seus valores, e seus sentimentos.

O projecto de lei apresentado (PjL.400/X) revê e actualiza o regime jurídico de acompanhamento em hospital ou unidade de saúde, de grupos de cidadãos especialmente frágeis em situação de doença: as crianças, os deficientes, as pessoas idosas em situação de dependência e pessoas com doença incurável em estado avançado e em estado final de vida.

O acompanhamento de criança e pessoa com deficiência internadas em hospital ou unidade de saúde foi estabelecido em 1981 e 1997, com este diploma aglutinador o Partido Socialista visa lançar mais um marco ao:

Actualizar o regime do acompanhamento, alargando-o, numa perspectiva de humanização dos cuidados de saúde a outras pessoas dependentes, como os idosos em estado de dependência, e, procede-se ao alargamento e actualização do direito a refeição gratuita, de que passam a ser titulares, verificadas determinadas condições, os acompanhantes da pessoa internada.

Conformar o regime do acompanhamento da criança hospitalizada aos instrumentos internacionais de que Portugal é signatário, alargando o direito ao acompanhamento a toda a criança com idade até aos 18 anos.

E ainda, reconhecer que a saúde pública pode impor restrições ao acompanhamento familiar da pessoa doente, nos casos em que a pessoa internada for portadora de doença transmissível e em que o contacto com outros constitua um risco para a saúde pública.

Realce-se que perante a ameaça de uma pandemia, estando a ser tomadas medidas sanitárias extraordinárias, esta norma é particularmente oportuna, prevê atribuir ao responsável de saúde a limitação do direito de acompanhamento em situações extraordinárias.

Por fim, é de salientar que ao consagrar do reforço de direitos a pessoas dependentes os mesmos devem ser assegurados sem comprometer o regular e adequado funcionamento dos serviços de saúde. Por isso, a promoção desta política assenta numa base sólida, designadamente apoia-se no significativo desenvolvimento da rede de cuidados continuados, na esperança renovada que com o reforço dos meios humanos e materiais se responde aos desafios de uma medicina moderna e humanizada nos contextos de mudança da sociedade portuguesa.

## Universidade Meridional do PS/Algarve Mobilidade travada pelo não à regionalização



O RESULTADO do referendo à regionalização em 1998 constituiu um “retrocesso” para a mobilidade não só no Algarve como em todo o país, afirmou o investigador Manuel Margarido Tão, durante uma sessão realizada em Faro no âmbito da Universidade Meridional, sobre o tema “O Transporte Público Urbano e Regional: Perspectivas para o seu Desenvolvimento na Região do Algarve”.

O investigador defendeu a urgência de um Executivo Regional de Transportes para o Algarve, com capacidade para produzir uma oferta integrada a nível regional e urbano, tendo considerado que, apesar do “passo-atrás” provocado pelo “não” à regionalização em 1998, esta será uma realidade com a criação das regiões administrativas a partir de 2013.

Reconhecendo que há ainda um “longo caminho a percorrer” até à implementação de uma rede de Transportes Públicos (TP) moderna e eficaz, Manuel Tão apontou, entre outras “falhas” verificadas no sistema actual, a inexistência de integração entre os diversos modos e operadores, nomeadamente no que diz respeito a horários e tarifários, bem como a falta de coordenação dos serviços segundo uma lógica intermodal e de uma imagem corporativa comum, que transforme esta oferta numa opção “séria” para os utilizadores.

“O Transporte Público apresenta-se difuso, incoerente e pouco atractivo”, referiu

Manuel Tão, defendendo a existência de uma “imagem de marca” transversal a todos os meios de transporte, a qual poderia consistir, por exemplo, numa simbologia comum.

Para o investigador, o factor estruturante da oferta de TP no Algarve passa pela modernização da rede ferroviária nos troços Tunes-Lagos e Faro-Vila Real de Santo António, com este último a assegurar a ligação física de tráfego misto a Andaluzia, já referenciada no Plano de Infra-Estruturas e Sustentabilidade de Transportes daquela região espanhola para 2007-2013.

Defendendo que, num quadro de privatização da ANA-Aeroportos de Portugal, o aeroporto de Faro deveria ficar parcialmente detido pela região do Algarve, Manuel Tão considerou o horizonte de 2018 como o mais provável para a “materialização” da primeira fase do investimento ferroviário entre o Algarve e Sevilha, no âmbito do próximo Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN).

No âmbito do estudo para o desenvolvimento do TP regional e urbano, apresentado durante a sessão integrada no Curso de Política e Administração Autárquica da Universidade Meridional, iniciativa da Federação do PS/Algarve com a colaboração da Fundação Res Publica, o investigador reconheceu o “peso” dos investimentos que terão de ser feitos, tendo defendido por isso a instalação gradual de interfaces rodo-ferroviários e

facilidades de “park-and-ride” juntos às estações da região.

Manuel Tão defendeu ainda que devem estar igualmente incluídos no Executivo Regional de Transportes os territórios menos povoados como a serra algarvia, de forma a contemplar a mobilidade dos seus residentes, tendo apontado como solução técnica para as zonas afastadas do litoral, os “autocarros de chamada”, com menores custos de exploração e flexíveis às diversas circunstâncias.

Durante a sessão também o presidente da Federação do PS Algarve, Miguel Freitas, considerou “essenciais”, no quadro da regionalização, as políticas públicas de TP e de habitação social, numa perspectiva de melhoria da qualidade de vida dos cidadãos no que concerne à sua mobilidade.

Miguel Freitas salientou, no entanto, que até à concretização das regiões-plano, os próximos quatro anos devem ser aproveitados para a promoção do desenvolvimento da mobilidade interna regional, nomeadamente através das competências da Associação de Municípios do Algarve.

“Nesta primeira fase, até 2013, é importante conseguirmos para o Algarve uma política de transportes públicos integrados no que diz respeito à mobilidade interna, pois neste momento o que temos é um conjunto de operadores que trabalham cada um por si, não respondendo às expectativas e necessidades das pessoas”, afirmou Miguel Freitas.



Jorge Pulido Valente, candidato do PS à Câmara de Beja

# “Temos um projecto para explorar as enormes potencialidades de Beja”

“Honestidade, tolerância e isenção” são os valores que nortearão a actuação de Jorge Pulido Valente à frente do município de Beja, que, em entrevista ao “Acção Socialista” acusa o Executivo camarário da CDU de ter “uma deficiente gestão, pesadamente partidarizada e sectária”. O cabeça-de-lista do PS às autárquicas afirma ainda que é preciso aproveitar, com um “projecto de desenvolvimento muito bem estruturado”, um concelho como Beja, que “encerra actualmente o maior potencial de desenvolvimento por explorar em Portugal”.

**Com que espírito recebeu a escolha do seu nome para encabeçar a lista do PS à Câmara de Beja e como encara este difícil desafio?**

Recebi o convite do PS com o espírito de missão política de serviço público com que sempre tenho desempenhado os cargos para que, ao longo da minha vida, tenho sido eleito ou nomeado. O gosto e a vontade de poder voltar a contribuir directa e activamente para o desenvolvimento do concelho de Beja e da região do Baixo Alentejo levaram-me a aceitar com entusiasmo um desafio que é difícil e trabalhoso mas muito estimulante.

**Quais são, na sua opinião, os principais trunfos que o PS dispõe para conquistar a autarquia?**

Sintetizaria referindo quatro aspectos: uma plataforma de apoio, política e popular, muito alargada e activamente apostada na mudança de políticas autárquicas; uma visão e um projecto de desenvolvimento muito bem estruturados e construídos com base numa participação contínua muito diversificada; uma equipa de trabalho muito qualificada e com reconhecimento público da sua competência e aptidão para gerir os destinos do concelho; e o demérito do nosso principal adversário, o PCP/CDU, instalado e acomodado no poder há mais de 30 anos

**Quais vão ser as principais prioridades do programa socialista para a Câmara?**

A partir do projecto de desenvolvimento que elaborámos com base na vocação de Beja como capital do Baixo Alentejo, iremos dar prioridade à implementação dos seis pilares estruturais em que assenta a nossa estratégia: Beja capital da nova ruralidade; Beja capital aeronáutica; Beja capital dos saberes; Beja capital da qualidade de vida; Beja capital de serviços; e Beja capital jovem.

Simultaneamente lançaremos um conjunto de 12 medidas urgen-

tes para concretizar nos primeiros seis meses de mandato

**Como pensa promover as potencialidades do concelho, nomeadamente turísticas, gastronómicas, artesanais, entre outras, de forma a travar a desertificação no concelho, fixar a população jovem e gerar emprego?**

A promoção das enormes potencialidades do concelho passa, antes de mais, pela elaboração do plano de marketing territorial e da sua posterior implementação, de forma a podermos, por um lado, divulgar aquilo que são as nossas vantagens comparativas e diferenciadoras, atradoras de investimento e, por outro, permitir organizar de uma forma altamente participada a nossa oferta e respectiva comercialização.

Beja tem que ser colocada no mapa do país enquanto capital daquilo que Ernâni Lopes chamou de “Grande Ogiva do Sul”, território que encerra actualmente o maior potencial de desenvolvimento por explorar em Portugal, seja na agricultura, na pecuária, nas agro-indústrias, no turismo ou nas energias renováveis.

**Num concelho envelhecido e com graves carências sociais, que medidas são necessárias, no âmbito das competências da câmara, para melhorar a qualidade de vida destes cidadãos mais vulneráveis?**

Primeiro há que dispor de um Plano de Desenvolvimento Social coerente e integrado que perspetive, por um lado, o médio/longo prazo a partir do vector fundamental da economia social, transformadora do problema dos idosos e dos mais carenciados em oportunidades de criação de emprego e riqueza, e, por outro, um programa de intervenção de emergência para as situações agudas pontuais ou conjunturais.

Esta é uma acção que tem ser realizada em estreita e contínua cooperação e parceria institucional com todos os actores sociais e dinamizada pela câmara mas



sem dirigismos e protagonismos controladores.

**O que podem esperar os municípios de Jorge Pulido Valente à frente dos destinos da câmara?**

Desde logo, total dedicação e empenhamento numa acção muito dinâmica alicerçada numa visão clara e objectiva dos caminhos do desenvolvimento, construída com base na participação de todos.

Honestidade, tolerância e isenção serão os valores que estarão sempre presentes na minha actuação.

**Que balanço faz da longa gestão da CDU no município?**

Eu distinguiria a actual gestão CDU/PCP da anterior, dado que esta é manifesta e profundamente negativa para o futuro do concelho de Beja e a região do Baixo Alentejo porque se limita à deficiente gestão corrente do dia a dia, é pesadamente partidarizada e sectária e privilegia os interesses partidários em detrimento dos das

populações ao procurar manter os problemas ao invés dos resolver, de forma a alimentar permanentemente um capital de queixa contra o Governo

**Que avaliação faz dos investimentos realizados pelo Governo no Alentejo, e em particular, no distrito de Beja?**

Os investimentos no aeroporto de Beja, no Alqueva, no IP8 e em Sines são fundamentais e estruturantes não só para o desenvolvimento do concelho de Beja como do Alentejo e do país. Mas é preciso também que o Governo olhe mais focadamente e pró-activamente para os pequenos e médios projectos públicos e privados que os complementam e que densificam o tecido económico e empresarial da região. Sem eles e sem a interligação de todos os grandes, pequenos e médios projectos os resultados ficarão aquém das expectativas. Seria bom a criação pelo Governo de uma Unidade de Missão para esse efeito.

**Que mais-valias tem trazido até hoje ao Alentejo e às suas populações o empreendimento do Alqueva?**

Basta visitar a região para perceber a profunda e benéfica transformação que o Alqueva veio trazer ao sector agrícola, abastecimento público de água, turístico, ambiental e energético. Um número elucidativo é o das necessidades previstas, no curto prazo, de cerca de 7000 pessoas para os postos de trabalho criados pelas actividades induzidas pelo Alqueva.

**Em que aspectos centrais uma gestão socialista pode marcar a diferença em relação ao actual Executivo da CDU?**

Despartidarização da gestão e actuação municipal, estratégia clara e consensualizada de desenvolvimento, cooperação institucional alargada, tolerância, integração de Beja em redes nacionais e internacionais, participação efectiva das populações e dos actores locais.



## OPINIÃO


**HORÁCIO ANTUNES**  
Deputado do PS

*Portugal encontra-se melhor preparado para responder de forma pronta, profissional e coordenada, ao flagelo dos incêndios florestais*

## PORTUGAL PROSSEGUE A PREPARAÇÃO PARA O COMBATE AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS

EM MEADOS de Abril teve lugar a apresentação pública da Directiva Operacional Nacional n.º 2/2009, que regulamenta o funcionamento do Dispositivo Especial de Combate aos Incêndios Florestais e cuja direcção política é da responsabilidade do secretário de Estado da Protecção Civil, José Miguel Medeiros.

No meu entender, a DON 2/2009 da Autoridade Nacional de Protecção Civil constitui um avanço face à directiva de 2008, com a constituição de um dispositivo mais flexível e com uma maior diferenciação do empenhamento das forças em função das fases de perigo. Igualmente, a directiva de 2009 surge agora enquadrada pelo Directiva Operacional Nacional n.º 1/2009, que estabelece o Dispositivo Integrado de Operações de Protecção e Socorro (DIOPS), da qual vos dei conta neste espaço de opinião do “Acção Socialista”.

A DON 2/2009 é mais uma demonstração do empenho do Governo em preparar o país para o combate aos incêndios florestais. É inequívoco para todos que Portugal encontra-se melhor preparado para responder de forma pronta, profissional e coordenada, ao flagelo dos incêndios florestais em resultado de um trabalho coerente que teve o seu início em 2006.

Em 2009, na fase Charlie, que corresponde ao período crítico de incêndios florestais, vão estar no terreno 9800 mulheres e homens, apoiados por 230 veículos e 56 meios aéreos, na linha do dispositivo consagrado no ano passado.

Fruto da acção governativa, o país dispõe hoje de uma frota de meios aéreos próprios para o combate aos incêndios florestais e para o apoio à União Europeia no âmbito do FIRE 6, bem como de forças helitransportadas de ataque inicial totalmente profissionalizadas, constituídas pelo GIPS/GNR e pela Força Especial de Bombeiros “Canarinhos”.

Igualmente está em curso a criação de Equipas de Intervenção Permanente no seio das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários, que conta actualmente com 39 equipas em funcionamento, estando mais 74 em fase de homologação e contratação. Sinais da mudança profunda que este Governo tem vindo a incutir na prestação do socorro em Portugal.

Mas a acção do Governo não se fica por aqui. A meu ver, também merece o nosso reconhecimento o notável trabalho que a Secretaria de Estado e a Autoridade Nacional de Protecção Civil desenvolveram em prol da dignificação, segurança e formação dos bombeiros voluntários em Portugal. Uma acção que tem merecido o justo aplauso da Liga dos Bombeiros Portugueses.

Em suma, do balanço que faço à evolução da prestação do socorro em Portugal nestes últimos anos, merece ainda destaque o papel que os governos civis e os municípios têm desempenhado em matéria da coordenação política da programação dos meios e do planeamento operacional da vigilância de proximidade e de pré-posicionamento dos meios. Um trabalho de programação que é hoje possível em resultado da avaliação do risco, à escala local, desenvolvido pelos Gabinetes Técnicos Florestais dos municípios. Trata-se de um trabalho de grande profissionalismo de todos as entidades envolvidas e que está na base do sucesso da eficácia do ataque inicial aos fogos nascentes.

É a partir desta análise, que posso afirmar que actualmente Portugal dispõe de um sistema de protecção civil coerente, com uma doutrina de actuação consolidada nas directivas operacionais e com um dispositivo devidamente programado e apetrechado para enfrentar o combate aos incêndios florestais.

Concluo com uma palavra de felicitação pelos dois anos que a Autoridade Nacional de Protecção Civil cumpriu em Abril. Uma palavra que dirijo ao seu presidente, o general Arnaldo Cruz, e que estendo ao comandante nacional, Gil Martins, e a todas as mulheres e homens que integram o dispositivo. O trabalho e o empenho deste vasto conjunto de agentes de protecção civil, profissionais e voluntários, são decisivos para a protecção das nossas florestas, o principal recurso natural do nosso país.

Portugal sem fogos depende de todos!



## Clube A Linha debateu desafios da governação local

**“As autarquias locais são, por excelência, as entidades públicas com as melhores condições para implementar políticas que respondam de modo eficaz às necessidades das populações mais vulneráveis”, afirmou, no dia 21, o dirigente socialista Miranda Calha, num debate sobre “Os novos desafios da governação local”, promovido pelo Clube de Reflexão Política A Linha, que teve lugar na FAUL.**

NA SUA intervenção, no debate moderado pelo camarada Fernando Montenegro, o secretário nacional para as Autarquias, Miranda Calha, identificou os desafios e alguns dos pressupostos subjacentes à apresentação das candidaturas do PS, os quais se traduzem na abertura das propostas políticas à colaboração de cidadãos e instituições interessados, no respeito da Lei da Paridade na constituição das listas eleitorais e na abertura das listas à participação de cidadãos sem filiação partidária.

Miranda Calha disse ainda que os eixos essenciais que devem caracterizar a acção dos autarcas do PS em qualquer parte do país são “a transparência, o apelo à inovação na gestão, a ligação ao tecido económico e ao trabalho do Governo para o modernizar, desenvolver a proximidade do poder local, dando continuidade à transferência de competências em matéria de educação e de acção social, a reestruturação das zonas urbanas, sobretudo a nível de ordenamento, ambiente e a valorização de instrumentos políticos que favoreçam a proximidade e maior participação dos cidadãos”.

Por outro lado, Miranda Calha considerou “que as políticas sociais devem ter em conta as características dos territórios onde são desenvolvidas, tendo como objectivo a promoção da coesão social”, acrescentando que “as autarquias são, por excelência, as entidades públicas com as melhores condições para implementar políticas que respondam de modo eficaz às necessidades das populações mais vulneráveis”.

Por sua vez, o camarada Jo-

aquim Raposo, presidente da FAUL, analisou o actual contexto político em que se disputam as próximas eleições autárquicas, recordando que o PS actualmente governa seis dos 11 municípios da grande Lisboa.

Neste sentido, Joaquim Raposo reafirmou “a enorme ambição e confiança” nas candidaturas que o PS apresenta na grande Lisboa, as quais terão como objectivo “a manutenção e reforço desta maioria de municípios”.

Para o efeito, considera necessário “chamar a atenção dos municípios para a obra feita, a qual traduz a marca genética do PS que tem em atenção as pessoas”, destacando, neste âmbito, “o desenvolvimento da rede do pré-escolar, a abertura das escolas em horário alargado, o apoio à terceira idade e a promoção de condições de fixem os jovens nos concelhos, com especial incidência para a questão da habitação”.

O presidente da Federação de Lisboa sublinhou a “excelente articulação” já desenvolvida com os presidentes das concelhias e com o coordenador nacional autárquico, o que, frisou, “permitiu ter neste momento as escolhas relativas às candidaturas praticamente concluídas”.

Joaquim Raposo defendeu ainda que “o PS necessita de candidatos disponíveis que, mesmo que não ganhem em 2009, trabalhem activamente nas autarquias nos próximos quatro anos e se mantenham disponíveis para, em 2013, voltarem a concorrer, rompendo com a lamentável lógica do ‘toca e foge’ de candidatos que os eleitores nunca chegam a conhecer”.

Após as intervenções seguiu-se um debate vivo entre os membros

da assistência e os oradores convidados.

Entretanto, no dia 2, o Clube de Reflexão Política A Linha realizou um outro debate, desta feita subordinado ao tema “Da Cidadania Activa à Democracia Participativa – a Influência das TIC, que contou com a participação do coordenador nacional da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico, Carlos Zorrinho, do docente universitário e investigador no MIT, Ferraz de Abreu, e do empresário Paulo Sá Pereira.

Carlos Zorrinho, na sua intervenção, começou por saudar o papel das secções temáticas e clubes de discussão política no seio do PS, focando a dimensão política do Plano Tecnológico, que disse ser “um instrumento de inclusão social e de combate à fractura digital”. Na sua opinião, sem essa perspectiva política, o Plano Tecnológico e a Estratégia de Lisboa “seriam mera tecnocracia”.

Segundo Zorrinho, a Estratégia de Lisboa, agora redefinida como Lisbon Plus, visa a inclusão da informação proporcionada pelas TIC na actividade social regular, promovendo a inovação no que respeita à ligação entre as pessoas e a tecnologia, a aposta no empreendedorismo solidário, na legitimação democrática no campo das inovações sociais, na criatividade económica e nas novas formas de organização dos agentes políticos.

Por seu turno, Ferraz de Abreu fez referência à sua experiência como docente em Portugal e como investigador no MIT, nos EUA. Essa dupla experiência e as suas funções no projecto MIT-Portugal levaram-no a salientar quatro domínios cruciais na valorização cívica das TIC: a condução política; a formação cívica dos jovens para a democracia participativa; a percepção dos riscos inerentes às TIC; e a dimensão ética, voluntarista, de todo o esforço destas iniciativas.

A concluir o painel, Paulo Sá Pereira realçou o papel das TIC em áreas decisivas para melhorar a performance não só económica, mas também política no seu sentido mais amplo. **J. C. C. B.**



## Carlos Lopes promete mudança real para Figueiró dos Vinhos

“APOSTAR nas pessoas” vai ser o slogan da candidatura do deputado do PS Carlos Lopes à presidência da Câmara de Figueiró dos Vinhos, no quadro de um programa de “mudança real” que tire o concelho da “apatia e da descrença em que se encontra”.

Na sessão de apresentação oficial da sua candidatura, numa discoteca do concelho, o camarada Carlos Lopes contou com a presença de várias centenas de militantes e apoiantes do PS, bem como do ministro dos Assuntos Parlamentares, Augusto Santos Silva, do ministro da Administração Interna, Rui Pereira, do presidente da Federação de Leiria, João Pedrosa e de 24 deputados da bancada socialista no Parlamento, que se deslocaram a Figueiró dos Vinhos.

Na sua intervenção, o candidato afirmou que pretende “contribuir para que no futuro possamos ter uma terra diferente, uma terra melhor, uma terra mais justa, com igualdade de oportunidades, onde se pense primeiro nas pessoas”.

E adiantou que quer “uma mudança real para o concelho. Uma mudança que aposte na juventude, que dinamize o nosso comércio e o nosso tecido empresarial, que altere as regras do mercado habitacional, que atraia turismo para o nosso concelho e que, sobretudo, acarinho e proteja aqueles que cá estão e aqueles que têm sido abandonados”.

Por seu lado, Augusto Santos Silva disse que é “testemunha do notável trabalho” que Carlos Lopes tem desenvolvido no Parla-



mento em prol do círculo eleitoral que o elegeu e do concelho de Figueiró dos Vinhos, salientando que “é muito importante que à frente de uma câmara esteja quem seja capaz de conhecer bem de perto os problemas e os anseios das pessoas e quem tenha a sensibilidade, a proximidade junto das pessoas e junto dos mais pobres e dos mais humildes e daqueles que precisam do apoio das entidades públicas e da ajuda, do carinho, do interesse do cuidado dos seus eleitos locais”.

Já Rui Pereira destacou que “no Parlamento Carlos Lopes tem sido sempre solidário, empenhado e competente no apoio às políticas do Governo”, manifestando “as suas preocupações quer na protec-

ção civil quer na ordem pública da sua terra e dos seus conterrâneos e por isso sei que o Carlos Lopes vai ser eleito presidente da Câmara”

Impedidos de estar presentes por motivos profissionais, Alberto Martins e Alberto Costa enviaram mensagens. O presidente do Grupo Parlamentar do PS afirmou que com Carlos Lopes na presidência da autarquia “o concelho encontrará o rumo de um maior desenvolvimento, abertura ao progresso e a participação dos cidadãos”, enquanto o ministro da Justiça realçou que “esta é uma candidatura em que os méritos do deputado vão conferir a confiança redobrada ao que Figueiró tem o direito de esperar do seu futuro presidente”. J. C. C. B.

## Álvaro Pereira é o candidato socialista à Marinha Grande

O FARMACÊUTICO Álvaro Pereira é o candidato do PS à Câmara Municipal da Marinha Grande, anunciou a presidente da Comissão Política Concelhia local, Tereza Coelho.

A dirigente socialista explicou que o propósito do partido é “ganhar a Câmara Municipal com maioria absoluta”, a mesma meta traçada pelo candidato, cujo nome foi aprovado por unanimidade.

“É esse o objectivo”, reiterou Álvaro Pereira, acrescentando que decidiu candidatar-se à presidência da autarquia porque gosta da sua terra e para responder ao apelo da Comissão Política Concelhia, que entendeu que “reunia as melhores condições para liderar uma equipa”.

“É um desafio”, disse Alberto

Pereira, comprometendo-se a “lutar pelo bem-estar dos concidadãos e pelo desenvolvimento social e económico do concelho”.

O candidato sublinhou que esse desenvolvimento “esteve parado nos últimos quatro anos”, apontando como causas “os problemas na CDU”, cujo presidente eleito saiu a meio do mandato.

Com 55 anos, Álvaro Pereira é proprietário e director técnico de uma farmácia na Marinha Gran-



de, cidade onde reside.

Foi presidente da Junta de Freguesia da Marinha Grande no mandato 1997-2001 e, no mandato anterior, foi eleito membro da Assembleia Municipal.

## LEONOR COUTINHO AVANÇA PARA A CÂMARA DE CASCAIS

O PARTIDO Socialista apresentou o nome de Leonor Coutinho como candidata à presidência da Câmara Municipal de Cascais.

Ex-secretária de Estado da Habitação do Governo de António Guterres, e deputada à Assembleia da República, Leonor Coutinho promete, caso venha a ser eleita presidente da edilidade, criar entre cinco a seis mil postos de trabalho no concelho no seu primeiro mandato, medida que pretende possa vir a ser acompanhada, pela redução da carga fiscal sobre os contribuintes “em cerca de 30 milhões de euros”.

A candidata socialista garante que estes objectivos políticos traçados no seu programa de candidatura são absolutamente viáveis, e vão ao encontro de “algumas das propostas e ambições há muito defendidas e reclamadas pelo PS”.

Os perto de 1500 empregos por ano que a candidata garante estar em condições de criar no município de Cascais, serão conseguidos, tendo por base um modelo de desenvolvimento económico diametralmente oposto ao seguido até aqui pela actual liderança de direita na edilidade, privilegiando sobretudo as actividades “ligadas ao mar e ao Parque Natural Sintra/Cascais”.

O objectivo, disse ainda Leonor Coutinho, é aproveitar as enormes potencialidades existentes neste concelho assentes designadamente nos sectores do turismo, saúde e ambiente.

Tirar partido das excelentes potencialidades que o mar oferece ao desenvolvimento do município, passa não só por olhar e acarinhar os diversos desportos marítimos que em Cascais têm um importância maior, mas igualmente, “por atrair novos investimentos e novas empresas ligadas às actividades do mar e geradoras de empregos”.

Quanto aos sectores da saúde e ambiente, ambos constituem outras duas áreas de particular importância para o desenvolvimento e qualidade de vida, também elas reunindo enormes potencialidades para atrair mais turistas para a região.

Em relação ao objectivo de avançar com uma significativa redução da carga fiscal sobre os contribuintes, a candidata do PS defende que se trata de uma medida perfeitamente exequível, até pelo facto, adianta, do actual Executivo camarário liderado pelo PSD “estar a cobrar aos contribuintes todas as taxas municipais no limite máximo”, algo que o PS tem vindo a criticar por considerar que a direita “está mais preocupada com a tesouraria do que com o bem-estar da população”.

Para Leonor Coutinho, “é objectivamente possível reduzir todos os impostos municipais, sem todavia afectar o equilíbrio financeiro da autarquia”.

Também a habitação a custos controlados granjeará uma atenção especial por parte da equipa camarária liderada pelo Partido Socialista, garante, prometendo um investimento no sector de cerca de 70 milhões de euros, destinados à construção de casas para jovens. R.S.A.



## MARIA JOÃO BOTELHO REAFIRMA COMPROMISSO COM OS MUNICÍPIOS DO CADAVAL

A CANDIDATA socialista à presidência da autarquia do Cadaval reafirmou o compromisso de assinar com os municípios um contrato eleitoral participado, “onde todos vão ter a oportunidade de apresentar ideias e projectos que ajudem ao desenvolvimento do nosso concelho”.

Maria João Botelho falava no dia 25 de Abril no jantar comemorativo do 35º aniversário da Revolução dos Cravos, realizado no pavilhão ginnodesportivo da Associação de Figueiros, uma iniciativa que contou com a presença de figuras destacadas do Partido Socialista, nomeadamente o ministro Vieira da Silva e o deputado João Soares.

Na ocasião, ambos camaradas destacaram as qualidades pessoais, a nobreza de carácter e as competências académicas e profissionais que Maria João Botelho possui para desempenhar com distinção o cargo de presidente de câmara.

Maria João Botelho, por sua vez, escolheu a ocasião para apresentar Carlos Marques e Diogo Abreu como candidato do PS à presidência da Assembleia Municipal e mandatário político da candidatura, respectivamente, e Inês Ferreira como mandatária para a juventude. M.R.





## OPINIÃO

ANTÓNIO FARINHA  
DO AMARAL

*Obter um bom começo é meio caminho andado para conseguir, de acto em acto eleitoral, crescer até à maioria absoluta nas legislativas*

## ELEIÇÕES EUROPEIAS E NACIONAIS: O PARTIDO SOCIALISTA COMO ELEMENTO CONGREGADOR NA PROCURA INCESSANTE DA PAZ NO MUNDO

COM a eleição de Barack Obama, foram goradas as expectativas de quem não acreditava que era possível a eleição de um líder de cor com uma excelente cultura. Mas aconteceu, como se tratasse de um corte profundo no quadro mental de um povo que quis demonstrar que é possível reerguer de novo a chama do sonho americano. A Europa não está imune a este fenómeno político nem aos efeitos e consequências de uma crise financeira que trouxe para a agenda política o reforço do papel do Estado. A grande oportunidade do PS na actual conjuntura é a de promover a ponte para com uma outra forma de exercer o poder, proporcionando o entendimento entre nações em conflito, buscando a conciliação activa. Com Luís Amado, ministro dos Negócios estrangeiros e Vital Moreira, como cabeça-de-lista das eleições europeias, o PS pode arquitectar a ponte atlântica necessária para este desígnio de paz no mundo.

Portugal, através dos deputados nacionais e europeus do PS, poderá estabelecer uma plataforma de negociação dos conflitos a nível mundial e em colaboração com organizações de diferentes sensibilidades, com vista a congregar entendimentos e aproximações no âmbito de um programa de resolução de conflitos. O PS, através da FAUL e das Concelhias, pode lançar Lisboa como a Capital da Paz no Mundo. O PS pode promover encontros entre líderes beligerantes, de modo a tornar esta primeira década do século XXI, um exemplo daquilo que poderá ser reinventar um mundo sem guerras. A mediatização da paz, construída pelo PS, retirará aos adversários aquele espírito belicoso que os caracteriza: o da agressão e do conflito permanente. Prosseguir-se-ia o combate às práticas criminosas e deixaria desarmadas as falanges extremistas que justificam sempre os meios para atingir os fins. O mundo está dilacerado com este tipo de espectáculo e não augura nada de seguro e agradável aos olhos do cidadão comum.

Os jornais, a televisão e a Internet são os portadores de mensagens e de imagens que fazem “ressoar as armas” através das situações vividas em Israel, na Palestina, em Darfur, Iraque, Líbano, Afeganistão, Tibete, etc. Face aos actos de terrorismo nos múltiplos cantos do planeta, há que dinamizar uma cultura de paz que seja transversal às várias dimensões da sociedade. E o PS tem essa vocação de tolerância dialogante e negociadora.

O século XX, apesar das enormes descobertas científicas, revelou-se como o século em que o ser humano produziu uma das maiores destruições do seu semelhante.

O que podemos fazer para que este espectro do passado não ganhe contornos cada vez mais previsíveis? Que legado deixar aos nossos filhos e à humanidade onde o mundo que se nos apresenta é cada vez mais perigoso viver?

Neste século XXI, Os partidos socialistas e sociais-democratas têm a oportunidade de dar força à resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas que, em 1997, proclamou o ano 2000 o Ano Internacional da Cultura de Paz. Dando prosseguimento a esta decisão, declarou, em 1998, que o período 2001-2010 seria a “Década Internacional da Cultura de Paz e Não-Violência para as Crianças do Mundo”. Em 2000, surge o Manifesto por uma Cultura de Paz, concebida pelos que ganharam o Prémio Nobel da Paz: tornou-se público a 4 de Março, tendo sido marcado por um evento que deu início a uma campanha de consciencialização pública à escala mundial e que visou promover os objectivos do Ano Internacional da Cultura de Paz.

O PS, ao erguer este estandarte no primeiro combate eleitoral das europeias, aproxima-se do cidadão comum, com o exemplo de fraternidade, mergulhado numa recessão anunciada, encontra o gáudio da esperança de que poderá liderar um projecto de concertação da não-violência. A experiência do processo que galvanizou a sociedade portuguesa, em torno do reconhecimento de Timor, poderá ser canalizada para a inicialização deste projecto.

Estas eleições são um teste decisivo para o eleitorado que vota no Partido Socialista. A tendência dos adversários é a de infligir a ideia de que o PS, com um resultado mais fraco nas europeias, poderá não ter a força popular necessária para processos eleitorais mais disputados, como as legislativas e as autárquicas. Por isso, reunir as condições para ganhar as eleições europeias é o objectivo central do partido. Obter um bom começo é meio caminho andado para conseguir, de acto em acto eleitoral, crescer até à maioria absoluta nas legislativas.

É tão vital o empenho de todos os militantes nos actos eleitorais, como também é fundamental haver uma política subjacente que conta com o empenho de todos aqueles que querem ajudar a tornar o mundo melhor.

## António Colaço expõe na galeria da Associação 25 de Abril

**“Não vivo para pintar, pinto porque vivo. A arte não se esgota nem nas galerias e, muito menos, nos chamados artistas plásticos”, afirma o assessor de Imprensa do Grupo Parlamentar do PS, António Colaço, que tem patente ao público, até ao dia 9 de Maio, das 12 às 22 horas, na galeria da Associação 25 de Abril, em Lisboa, uma exposição de alguns dos seus trabalhos, intitulada “Abril, Ânimos Mil”. Colaborador do nosso jornal, onde durante mais de três anos publicou os seus originais, polémicos e incisivos “cartoons” que tanto irritaram a direita, o “Acção Socialista” foi ouvi-lo sobre a exposição que revela, a quem não sabia, esta faceta artística de um profissional da comunicação, da arte, da solidariedade e da camaradagem. A não perder.**



### Qual o objectivo desta mostra e quantas obras estão expostas?

Não vivo para pintar, pinto porque vivo. A arte não se esgota nem nas galerias e, muito menos, nos chamados artistas plásticos. Quantas pessoas há, neste nosso Portugal, que, para além da sua vida normal, acrescentam mais vida às vidas de todos nós, empenhados, como estão, na beleza outra que é a animação cultural, seja num rancho, num grupo de teatro, de canto coral e, também, de artes plásticas?

No entanto, a nossa sociedade continua dominada por “lobbies” que em nome de uma predestinação dos nomes, que de todo rejeito, e que impedem a afirmação e revelação desses nomes e dessa gente. Joana Vasconcelos, um nome “consagrado” das nossas artes plásticas, dizia, há dias, que “quem não vende, não existe”. Com todo o respeito que tenho pela sua obra, discordo, em absoluto, deste concepção. Pior, acho até que muitos artistas fazem tudo – “vendem-se”, como quem “vende a alma ao Diabo”!- só para terem o merecimento de conhecidos “marchands” que também fazem da sua vida um constante “lobbing” tentando dominar quem é quem no mercado cujas regras ele próprios impõem e alteram.

Estar na Galeria da Associação 25 de Abril é um privilé-

gio. Estou lá inteiro, com os meus trabalhos que reflectem a minha forma de estar na vida. Obras puramente estéticas, lado a lado com obras que reflectem o meu amor pela terra, pelo campo, o seu desenvolvimento, numa altura em que a crise por que passamos nos convoca a rever uma espécie de regresso às origens. Para além disso, estão, também, alguns trabalhos numa espécie de curta retrospectiva.

### Qual o motivo da mostra se chamar “Abril Ânimos Mil”?

Porque é a comemoração de uma revista que criei há 30 anos e que agora é nome de blogue à disposição dos leitores do AS: <http://animo30.wordpress.com>.

### Porquê na galeria da Associação 25 de Abril?

A exposição, inicialmente, era para ter lugar na Assembleia da República há semelhança de outras que já lá realizei. O GTAC- Grupo de Trabalho dos Assuntos Culturais, constituído por um representante de todos os partidos, a quem Jaime Gama pediu o parecer final, permanece, até hoje, num estranho silêncio em relação a uma carta que eu próprio enviei a cada um dos seus membros. Seja como for tive o privilégio de ser acolhido na Galeria da Associação 25 de Abril, de que

sou sócio, já que também fui um privilegiado em ter sido soldado cadete no 25 de Abril, com trincheira na EPAM, ao Lumiar, unidade que atacou a RTP! Quanto ao resto, um dia se fará mais luz.

### Personalidades relevantes presentes na inauguração?

As personalidades relevantes foram, para além da minha família, a quase centena de amigos. Quer melhor relevo? Mas, desde o presidente da Associação 25 de Abril, coronel Vasco Lourenço, ao grande filósofo padre Anselmo Borges, que me deu o privilégio de dissertar na inauguração sobre “De que falamos quando falamos de ânimo”, ao nosso líder Alberto Martins, muitos deputados e deputadas, o secretário de Estado Laurentino Dias, entre outros. Do nosso querido engenheiro e camarada António Guterres recebi, de Genebra, um simpático cartão agradecendo o convite e felicitando-me pela exposição.

### Quantas pessoas, em média, visitam por dia a exposição?

O sítio, em pleno Chiado, é o mais central da Baixa lisboeta. Nesta altura, para além dos portugueses, muitos estrangeiros visitam a Associação 25 de Abril. Números precisos não tenho mas acredito que algumas dezenas por dia. J. C. C. B.



# Berta Nunes, candidata do PS à Câmara de Alfândega da Fé

## “Sanear as finanças municipais e apoiar o emprego vão ser prioridades”

“Um desastre” é como Berta Nunes classifica a gestão do PSD à frente da Câmara de Alfândega da Fé, que se encontra “numa situação de ruptura financeira”. Por isso, a candidata do PS elege, em entrevista ao “Acção Socialista”, como prioridades, caso vença as próximas autárquicas, o saneamento financeiro para relançar o investimento, bem como o apoio à criação de emprego e à agricultura, “que é ainda uma das principais actividades do concelho”.

Berta Nunes salienta igualmente os investimentos “muito importantes” realizados pelo Governo de José Sócrates no distrito, uma vez que “finalmente se cumpriu o que muitos prometeram”.

**Como encara o difícil desafio de conquistar a Câmara de Alfândega da Fé ao PSD?**

Com confiança e com ânimo, porque sei que o desafio vale a pena. O mais difícil virá depois de ser eleita, dada a situação actual da autarquia.

**Quais as vão ser as principais prioridades do programa socialista para o município?**

Sanear as finanças municipais para relançar o investimento numa câmara que recebe cinco milhões e meio do Orçamento de Estado e tem 10 milhões e meio de dívida a curto prazo e seis milhões a médio e longo prazo. De referir que esta câmara como todas as pequenas câmaras do interior tem muito poucas receitas próprias.

Apoiar a agricultura, que é ainda uma das principais actividades do concelho com especial atenção ao regadio e à valorização dos produtos locais. Investir no turismo em parceria com privados sendo esta uma das áreas importantes para a criação de emprego e riqueza. Apoiar o emprego e o empreendedorismo. Apoiar os idosos principalmente os que estão sozinhos ou com pouco apoio social e familiar e os que têm carências económicas. Apoiar as famílias carenciadas em especial famílias com filhos pequenos e dificuldades económicas. Desenvolver uma política para a juventude em parceria com o Conselho Municipal da Juventude. Aproveitar as potencialidades das energias renováveis eólica, hídrica, solar e biomassa. Continuar a melhorar as acessibilidades, com prioridade à estrada para Gebelim e Picões) e a construir os equipamentos colectivos que ainda fazem falta, como piscinas, pavilhão municipal e parque de campismo.

**Que medidas tem pensadas para travar a desertificação e fixar a população jovem?**

As medidas que as autarquias

podem tomar nesta área passam pelo apoio à criação de emprego, à educação e à habitação jovem. No entanto, para travar a desertificação do interior não são suficientes medidas autárquicas, mas é necessária uma política nacional que tenha esse objectivo. Esperamos como presidente de câmara poder contribuir para a definição dessa política nacional, ao mesmo tempo que a nível local em parceria com o Conselho Municipal da Juventude vamos construir uma política local para a juventude que inclua a criação de emprego e a fixação dos jovens.

**Como pensa promover as potencialidades que o concelho possui, nomeadamente visando a manutenção e criação de emprego?**

Como já referi, apoiando as actividades económicas geradoras de empregos sustentáveis como a agricultura, as agro-indústrias e o turismo, bem como algumas áreas de serviços, incluindo o pequeno comércio.

Aproveitar as oportunidades que os grandes investimentos do Governo do PS podem trazer para o concelho (refiro-me à construção do IC5 IP2 e Barragem do Sabor).

**Na sua opinião, quais os principais problemas e constrangimentos com que se debate o concelho?**

A falta de oportunidades e falta de emprego que obriga muitos jovens e casais jovens a imigrar para o estrangeiro e para as grandes cidades do litoral, continuando o ciclo de desertificação e envelhecimento que é comum a todo o interior do país.

Para travar e reverter este ciclo, é necessário uma política nacional e mais recursos aplicados no interior.

**Num concelho envelhecido e com muitos problemas sociais daí decorrentes, que políticas**



**são necessárias, no âmbito das competências da câmara, para melhorar a qualidade de vida destes cidadãos mais vulneráveis?**

Medidas de apoio aos idosos sozinhos e mais vulneráveis, medidas de melhoria das condições de habitação.

Melhorar a rede de transportes e tornar os transportes mais acessíveis para os idosos mais carenciados. Ajudar os idosos em todas as questões relacionadas com a saúde e a doença uma das áreas críticas nas pessoas idosas, com mais doenças e dificuldades de acesso a cuidados de saúde acessíveis e de qualidade

**De que forma a sua vasta experiência autárquica como vereadora é uma mais-valia da sua candidatura?**

É uma mais-valia porque me permitiu conhecer bem a autarquia os desafios e as oportunidades estando por isso mais preparada para governar o município.

**O que podem esperar os municípios de Berta Nunes à frente dos destinos da câmara?**

Trabalho, persistência, escuta activa, promoção da participação de todos sem discriminar ninguém, criatividade e vontade de vencer os obstáculos e aproveitar as oportunidades.

**Como avalia a gestão do Executivo do PSD à frente da autarquia?**

Um desastre para o concelho! A falta de visão e a incapacidade na gestão levou esta autarquia à situação de ruptura financeira em que se encontra.

**Qual o seu comentário relativamente aos investimentos realizados pelo Governo de José Sócrates no distrito?**

Necessários, urgentes e muito importantes para o futuro do concelho e do distrito. Finalmente se cumpriu o que muitos prometeram. Como disse José Sócrates: uma questão de justiça!



## OPINIÃO



**LÚCIO FERREIRA**  
Deputado do PS

*A plataforma continental, cujo alargamento Portugal procura reivindicar, constitui um vasto território subaquático que poderá e deverá ser explorado em todo o seu potencial*

## O MAR – ACTIVO ESTRATÉGICO E DESAFIO

A CRISE financeira e económica mundial, seus efeitos em Portugal e suas repercussões sociais a curto e médio prazo, dominam o debate e as preocupações dos portugueses, e preenchem as análises dos comentadores, dos economistas e dos políticos. Diariamente notícias de empresas a encerrar, de baixa de taxas de juro, de aumento do desemprego, de quedas da bolsa, de desastres financeiros bancários geram preocupações na população e fazem supor um horizonte de dificuldades e motivam a necessidade de serem encontradas saídas para debelar esta crise e alterar o sentido deflacionário da nossa economia, num quadro de recessão económica mundial que a todos afecta.

O mundo enfrenta uma crise de dimensões ainda não mensuráveis mas que se antevê já como das mais graves dos últimos cem anos. A economia neoliberal faliu com estrondo.

No que a Portugal respeita, urge encontrar novo paradigma para a nossa economia, num país territorialmente pequeno e de recursos naturais limitados. Não temos jazidas de petróleo e o nosso tecido produtivo assenta ainda numa indústria com grande componente de mão-de-obra, já não competitiva face à dos países emergentes, com a concorrência viciada por uma dramática exploração humana, com total ausência de respeito pelos direitos sociais dos trabalhadores.

Portugal é um país de tradição marítima, com uma zona económica exclusiva –ZEE– com 1.727.408 Km<sup>2</sup>., incluindo aqui os Açores e a Madeira, uma das mais extensas da Europa.

Com uma linha de costa total de 2751km, dos quais 1411km correspondem ao Continente, Portugal tem 99,384km<sup>2</sup> de mar territorial (até às 12 milhas) e uma Plataforma Continental de 21141km<sup>2</sup>, com 76% da população a viver em áreas costeiras.

Estes números encerram um potencial de riqueza que não pode ser ignorado e deve antes ser considerado como um activo a explorar para o desenvolvimento económico do país.

Durante séculos estivemos voltados para o mar, não como fronteira marítima, mas como um natural prolongamento do nosso sonho de crescimento e desejo de grandeza e expansão. Vivemos epopeias marítimas e colhemos riquezas dessa aventura.

Sem saudosismos desse passado, será tempo de voltarmos a ver o mar como um potencial de riqueza, sendo enormes, embora não inesgotáveis, os recursos que do mar podemos retirar.

Nos recursos marinhos pensamos de imediato apenas da actividade piscatória e em todo o potencial biológico dos oceanos. Mas para além da enorme riqueza desses ecossistemas, que ainda nos vão surpreendendo em novas descobertas, e os segredos que a essa grande massa de água ainda encerra, desde jazidas minerais, à biologia das fontes hidrotermais, aos hidratos de metano, à imensidão da biosfera profunda, aos poços de hidrocarbonetos em profundidade – o mar contém um potencial de riqueza por explorar, não só em termos alimentares, mas também de riquezas minerais biológicas e energéticas ainda mal conhecidas.

A plataforma continental, cujo alargamento Portugal procura reivindicar, constitui um vasto território subaquático que poderá e deverá ser explorado em todo o seu potencial referido.

A Comissão Europeia celebrou em 20 de Maio de 2008, pela primeira vez, o Dia Europeu do Mar, uma data que visa assinalar as oportunidades únicas oferecidas pelo sector marítimo em matéria de inovação, investigação, ambiente e biodiversidade no contexto europeu. Portugal deve estar na linha da frente da política marítima europeia integrada, uma política virada para o mar, adoptada no Conselho Europeu de 14 de Dezembro, durante a presidência portuguesa da União Europeia, tendo presente o papel crucial desempenhado pelo mar na vida quotidiana das comunidades costeiras. Por outro lado, a propalada abundância ilimitada dos mares pode transformar-se numa maré deserta se não forem adoptadas e praticadas políticas concertadas de defesa e protecção dos oceanos.

Para além das medidas destinadas ao combate à pesca ilegal, ao desenvolvimento dos portos da UE e das cidades portuárias, é necessário um esforço de pesca sustentável, em que as capturas tenham em conta que não são inesgotáveis os recursos marinhos.

A Política Comum das Pescas fixa quotas de capturas que Portugal escrupulosamente respeita, sendo o terceiro maior consumidor mundial de peixe “per capita”, o que acarreta a necessidade de importação de cerca de 50% do peixe que consome, com um custo de milhões de euros/ano. O recurso à produção de peixe em aquacultura, sobretudo em pleno mar (offshore), constitui uma alternativa de abastecimento do consumo, sem sobre explorar os naturais recursos marinhos.

O mar é a vida de muitos milhares de portugueses que dele dependem, na pesca, na construção naval, nos transportes e no lazer do turismo das comunidades ribeirinhas. A extensa costa do Continente e das regiões autónomas contém um potencial enorme de aproveitamento turístico apenas muito parcialmente explorado e aproveitado.

Ao largo da nossa costa continental situam-se as mais importantes rotas de transporte marítimo para a Europa que convidam a uma grande aposta no alargamento da dimensão das nossas infra-estruturas portuárias e de armazenamento, por forma a que o nosso país seja a grande plataforma logística como porta de entrada de bens na Europa, que actualmente utilizam portos do norte do continente europeu..

A força das ondas e das marés constitui uma fonte de energia cujo aproveitamento começa a dar os primeiros passos e já se equaciona o aproveitamento do enorme potencial eólico para produzir energia em pleno oceano.

O oceano cobre 70% da superfície do planeta, representa 97% de água disponível, é fonte de 70% do oxigénio que respiramos e absorve 50% do excesso de CO<sub>2</sub> produzido pelo homem. Milhões de espécies permanecem desconhecidas, e do oceano retiramos 100 milhões de toneladas de produtos alimentares.

Em conclusão, podemos dizer que, em época de crise, é tempo de olhar para o mar não apenas como uma via de ligação ou separação entre continentes, mas como um activo estratégico para a economia do país.

O mar é o maior e mais duradouro activo estratégico do país e a sua exploração o grande desafio de Portugal para o século XXI.

## PS/Celorico da Beira recandidata José Monteiro à câmara

A CONCELHIA do PS de Celorico da Beira aprovou, por unanimidade, o nome de José Monteiro, para se recandidatar à presidência do município nas próximas eleições autárquicas.

“Hoje, o concelho é mais ambicioso, existindo uma constante preocupação em levar bem longe o bom nome de Celorico da Beira”, refere um comunicado do PS/Celorico da Beira, no qual se considera que “o percurso realizado por este Executivo camarário permite encontrar muita obra realizada ao longo do actual mandato, com apostas sérias no turismo e na requalificação do património histórico do concelho”.

Segundo a Concelhia socialista, “o Museu do Mundo Rural de Prados, a Escola Museu de Salgueirais, os Moinhos de Água na Fregue-



sia de Rapa, a requalificação do Castelo de Celorico da Beira (Miradouro Virtual), a requalificação do Castelo de Linhares da Beira (Simulador de Parapente e Livro Mágico), a requalificação da Torre do Relógio, a requalificação de algum património religioso, tais como: Igreja do Cadafaz, Igreja de San-

ta Maria, Igreja de Salgueirais, Igreja da Ratoeira, Igreja de Prados e muitas, muitas obras passaram a enriquecer o património histórico do concelho”.

No actual mandato, refere ainda a Concelhia do PS, “Celorico da Beira cresceu e cresceu muito, mantendo, para além das obras construídas, uma

aposta clara na educação, na cultura, na acção social e no turismo”.

Os socialistas salientam ainda que “a determinação e seriedade da conduta política, neste mandato, têm sido o garante da estabilidade e tranquilidade que os celoricenses há muito ambicionavam”. **J.C.C.B.**

## PARTIDO SOCIALISTA ABRE SECÇÃO EM MACAU

A CRIAÇÃO de uma Secção do PS em Macau, encontros com representantes de várias associações portuguesas, uma reunião com o chefe do Executivo da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM), Edmund Ho, e a participação nas comemorações do 25 de Abril, foram os pontos centrais de uma visita de três dias ao território do secretário Internacional do PS, José Lello, e do director do Departamento Internacional e de Comunidades, Paulo Pisco.

No final do encontro, o camarada José Lello explicou as razões do timing para a criação da secção do PS em Macau, referindo a necessidade de respeitar a legislação do território que, depois de recentemente ter sido regulamentado o artigo 23, não põe obstáculos às actividades partidárias levadas a cabo por organizações políticas de outros países. José Rocha Dinis será o secretário-coordenador da Secção até à realização de eleições para a escolha do Secretariado.

Durante o encontro com militantes do PS e perante a imprensa, foram abordadas também as eleições europeias, em que José Lello



e Paulo Pisco apelaram à participação de todos, uma vez que, pela primeira vez, também os inscritos no círculo eleitoral de Fora da Europa votam presencialmente nas próximas eleições de 7 de Junho para o Parlamento Europeu.

Sobre o encontro com Edmund Ho, José Lello afirmou que o chefe do Executivo da RAEM “evidenciou um grande apreço pela comunidade portuguesa e pelo seu contributo para a estabilização e desenvolvimento da região”.

As relações entre Portugal e Macau, o Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa e a morte do jovem Luís Amorim foram outros dos temas abordados durante a reunião.

Durante a estada em

Macau, a delegação do PS encontrou-se com representantes de diversas associações, como a Associação dos Aposentados e Reformados de Macau, Associação de Pais da Escola Portuguesa de Macau e Associação Promotora para a Instrução dos Macaenses.

Houve também encontros com os conselheiros das Comunidades, deputados da Assembleia Legislativa de Macau e uma reunião na Santa Casa da Misericórdia de Macau com o provedor desta instituição.

José Lello e Paulo Pisco participaram ainda na inauguração de uma exposição alusiva ao 25 de Abril e num jantar comemorativo do 35º aniversário da Revolução dos Cravos no Clube Militar, no qual estiveram presentes perto de 150 pessoas.



# Federação de Viseu apresenta candidatos para os 24 concelhos do distrito

PELA primeira vez nos últimos 16 anos, a Federação do PS de Viseu apresentou candidatos aos 24 concelhos do distrito para disputarem as eleições autárquicas deste ano.

Segundo o camarada José Junqueiro, líder do PS/Viseu, este facto é consequência directa do bom trabalho desenvolvido, nos últimos anos, pelos quatro autarcas do PS no distrito, que lideram os concelhos de Tarouca, Resende, Cinfães e Mortágua.

Na Convenção Autárquica Distrital da Federação de Viseu do PS, que decorreu no passado dia 3 de Maio numa unidade hoteleira viseense, Junqueiro defendeu que “ser autarca hoje em dia não é para qualquer um”, uma vez que “um presidente de câmara tem de saber trabalhar com os seus vizinhos”.

Na ocasião, o líder do PS/Viseu pediu aos candidatos socialistas às autarquias do distrito “que se cumpra a responsabilidade máxima de presidir às reuniões de câmara e também que tenham uma gestão equilibrada, não levando um concelho à dependência financeira, como é o caso de Vouzela”.

No encerramento dos trabalhos, o dirigente socialista Augusto Santos Silva sublinhou que o nosso partido “concorre aos 24 municípios do distrito de Viseu com optimismo e atitude positiva”.

“As pessoas do distrito sabem



todas da diferença entre as quatro câmaras governadas pelo PS e as governadas pela direita”, observou, referindo que fez uma recolha de informação e que não lhe constou que “em nenhuma câmara do PS houvesse a inauguração de um largo Oliveira Salazar”.

“Também em nenhuma câmara PS um autarca veio dizer, como o autarca deste concelho [Viseu], que a melhor forma de lidar com os fiscais era corrê-los à pedrada”, criticou.

Augusto Santos Silva abordou também a questão das sondagens, “que dão o PS na frente, em todas as eleições”.

No entanto, “isso não nos deve estontear ou distrair, porque ninguém ganha as eleições de véspera”.

“Até lá é preciso muito trabalho e apresentar as nossas melhores ideias e pessoas”, alertou.

No distrito de Viseu, são candidatos pelo PS às câmaras mu-

nicipais os camaradas Américo Moreira (Armamar), Rogério Abrantes (Carregal do Sal), Fernando Carneiro (Castro Daire), Agostinho Ribeiro (Lamego), João Azevedo (Mangualde), José Eduardo Ferreira (Moimenta da Beira), Adelino Amaral (Nelas), Porfírio Carvalho (Oliveira de Frades), Francisco Carvalho (Penalva do Castelo), Pedro Baldaia (Penedono), Leonel Gouveia (Santa Comba Dão), João Oliveira (S. João da Pesqueira), José Carlos Almeida (S. Pedro do Sul), Nuno Bártole (Sátão), Carlos Lacerda (Sernancelhe), João Ribeiro (Tabuaço), Carlos Viegas (Tondela), José Morgado (Vila Nova de Paiva), Viriato Garcez (Vouzela) e Miguel Ginestal (Viseu).

Recandidatam-se António Borges (Resende), Pereira Pinto (Cinfães), Afonso Abrantes (Mortágua) e Mário Teixeira (Tarouca).

## OPINIÃO



LUÍS MIGUEL FERREIRA

*Portugal está a evoluir positivamente, sendo que a acção directa deste Governo nas matérias tecnológicas é a grande responsável por esta evolução*

## O SOBE E DESCE!

O WORLD Economic Forum publicou no passado dia 26 de Março o Global Information Technology Report 2008-2009, um relatório anual que integra um índice – Networked Readiness Index (NRI) – que se propõe medir o aproveitamento que os países ou regiões do globo fazem dos benefícios das tecnologias de informação e comunicação (TIC).

Como acontece sempre que é publicado um qualquer ranking digno desse nome (ou nem isso), várias notícias foram publicadas sobre o assunto, a maioria das quais centrando-se no posicionamento de Portugal. Mas o curioso de tudo isto são os diferentes registos como as notícias são produzidas sobre o mesmo fenómeno, diferenças essas que deverão gerar muita confusão na cabeça das pessoas. Portugal está, afinal, a melhorar ou a piorar?

Olhando apenas para o ranking final, em relação à edição do ano passado, Portugal desceu duas posições, por ter sido ultrapassado pelos Emiratos Árabes Unidos e pelo Qatar. Portugal está agora na 30ª posição, numa lista de 134 países. No entanto, importa dizer que na edição 2003-2004, éramos o 31º, numa lista de 102 países. Por outro lado, considerando apenas os países da União Europeia, Portugal apresenta-se agora na 14ª posição, a mesma da edição do ano passado. Na edição 2003-2004 éramos o 17º da UE27 e, desde essa altura, ultrapassámos países como a Itália (hoje em 45º lugar), a Espanha (hoje em 34º lugar) ou a Eslovénia (hoje em 31º lugar).

Mas o relatório dá-nos outras informações importantes para além deste posicionamento relativo entre países. Na verdade, o Governo português é considerado o 4º que maior importância atribui à TIC na sua visão de futuro. É certo que na edição anterior fomos o 2º mas também é verdade que na edição 2006-2007 fomos neste mesmo indicador o 7º da lista.

Observando com maior detalhe alguns indicadores concretos, podemos ainda verificar que Portugal é o 9º país com o tempo mais reduzido para se criar uma empresa, é o 9º com o maior nível de disponibilidade de serviços públicos online e é também o 9º na prioridade dada pelo Governo às TIC, tudo isto em áreas que resultam da acção directa do actual executivo.

Podemos igualmente referir que Portugal, nesta última edição, está no 13.º lugar na capacidade da Administração Pública em usar as TIC, embora no ano passado estivesse em 12º. No entanto, não devemos esconder que na edição 2006-2007 estávamos na 26ª posição. Por outro lado, em relação à utilização das TIC pela Administração Pública, Portugal figura no 18º lugar, cinco posições acima da edição do ano anterior e 11 em relação à edição 2006-2007.

Ora, podemos, de facto, ter sido ultrapassados pelos Emiratos Árabes Unidos e pelo Qatar em relação à edição anterior (países que não são propriamente do nosso campeonato). No entanto, o nosso score final deste ano (4,63) é superior ao do ano passado (4,60) e ao de há 2 anos atrás (4,48), considerando a mesma metodologia. Ou seja, Portugal está a evoluir positivamente, sendo que a acção directa deste governo nas matérias tecnológicas é a grande responsável por esta evolução.

Neste ranking em concreto, para darmos um salto ainda maior, precisamos de melhorar a performance na preparação para o uso e na utilização efectiva das TIC por parte da população. É algo que há muito se sabe e que há muito teve, aliás, uma resposta do Governo. A melhoria das qualificações dos portugueses através das Novas Oportunidades, projectos como o e-escola e o e-escolinha, o Plano Tecnológico da Educação e a promoção da Banda Larga são apenas algumas dessas respostas que, embora já no terreno, os seus impactos demoram mais tempo a virem ao de cima. Mas mesmo assim, cuidado! Haverá sempre alguém, em Portugal, a preferir enaltecer a eventual subida de posição da Tanzânia ou, quem sabe, do Bangladesh!

# Paulo Fonseca é aposta do PS para conquistar Ourém

O CAMARADA Paulo Fonseca foi escolhido para liderar a candidatura do PS a Ourém nas eleições autárquicas deste ano.

Paulo Fonseca, que representa o Governo da República no distrito de Santarém ao desempenhar o cargo de governador civil, tem declarado que o que o motivou a aceitar este desafio foi a convicção de que está “na altura certa” para “assumir responsabilidades” num percurso “que reponha Ourém na rota da modernidade”.

No site da sua candidatura autárquica ([www.paulofonseca2009.com](http://www.paulofonseca2009.com)), Paulo Fonseca sustenta que, neste “momento difícil que o concelho atravessa, “em que a situação financeira do município está um caos, as infra-estruturas básicas prometidas não se concretizam em tempo útil, o planeamento é inexistente, o amiguismo político progride a olhos nus e as empresas da terra começam a sair para se instalarem nos concelhos vizinhos”, não pode virar costas a Ourém.



Aos ourenses promete liderar, na câmara, uma “gestão de proximidade, rigor e de ambição”.

Refira-se que Paulo Fonseca, de 45 anos, é licenciado em Contabilidade e Administração de Empresas.

Aos 18 anos filiou-se no Partido Socialista. Começou por integrar a Comissão Política Concelhia do PS Ourém, tendo sido eleito membro do Secretariado, secretário-coordenador da Secção,

presidente da Comissão Política do PS Ourém, membro do Secretariado da Federação de Santarém, comissário distrital, membro da Comissão Nacional do PS, presidente da Federação de Santarém e membro da Comissão Política Nacional do PS.

Destaque-se igualmente que a candidatura socialista a Ourém encabeçada por Paulo Fonseca foi apresentada pública e oficialmente no passado dia 24 de Abril. M.R.



## OPINIÃO



**CARLOS ZORRINHO**  
Coordenador nacional da Estratégia  
de Lisboa e do Plano Tecnológico

## A METÁFORA DO FERRARI

A LÍDER do maior partido da oposição disse em entrevista recente que a decisão do Governo de avançar com investimentos estruturantes como o TGV ou o Aeroporto de Alcochete se assemelhava à decisão duma família pobre e endividada comprar um Ferrari. Esta metáfora estilisticamente elegante não é no entanto inócua na sua substância e revela mais sobre o pensamento político de quem a proferiu do que parece á primeira vista!

Em primeiro lugar, é uma afirmação profundamente conservadora. Corta cerce o direito à ambição de quem tem dificuldades, porque a hipérbole do Ferrari deixa implícito que a dita família o que devia era estar sossegada e não investir em nada que pudesse mudar o seu estatuto, com o argumento de que já estava endividada.

Em segundo lugar, demonstra uma má compreensão do que são os projectos em análise. São projectos de fronteira em termos tecnológicos e aí talvez se assemelhem a um Ferrari, mas são projectos que criam valor, reposicionam compe-

“A atitude transformadora e progressista é uma marca forte das políticas do PS e do actual Governo”

titivamente o país e revolucionam a sua matriz económica. A família pobre da metáfora, se decidisse comprar um terreno e as alfaías para o trabalhar, ficaria mais endividada num primeiro momento, mas conquistava a oportunidade de um dia deixar de ser pobre e criar mais riqueza para ela e para a sociedade.

A atitude transformadora e progressista é uma marca forte das políticas do PS e do actual Governo. Quem proclama que são poucas as diferenças entre essas marcas e a visão implícita da líder da oposição basta reflectir sobre o sentido profundo da metáfora do Ferrari para perceber como se engana.

É conhecida a anedota dos dois condutores, um de bicicleta e outro de Ferrari, que se encontram num cruzamento. Nalguns casos o da bicicleta pensa “ainda hei-de ter um Ferrari” e noutros que “aquele ainda há-de andar de bicicleta como eu!”. A líder da oposição quer-nos todos de bicicleta e paga a pronto, o que até seria saudável e prazenteiro se todos os nossos concorrentes não estivessem já a fazer o seu caminho o mais motorizados que podem!

VITAL Moreira, cabeça-de-lista do PS às eleições para o Parlamento Europeu foi insultado e cobardemente agredido por manifestantes durante o desfile organizado pela CGTP para assinalar o 1º de Maio.

A convite daquela confederação sindical, uma delegação do Partido Socialista, a exemplo de anos anteriores, associou-se às comemorações do Dia do Trabalhador.

A delegação socialista incluía, para além de Vital Moreira, Vítor Ramalho, a eurodeputada Ana Gomes, a deputada Maria José Gambôa e Maria Manuela Augusto, presidente do Departamento Nacional das Mulheres Socialistas.

O candidato socialista, para além de ter sido injuriado e empurrado, foi ainda cuspidado, em várias ocasiões, e mesmo agredido com murros na cabeça e nas costas, além de ter sido apelidado de “traidor” e “mentiroso”.

Quando mais tarde se dirigiu à Imprensa, o cabeça-de-lista do PS não teve dúvidas em repudiar todos os acontecimentos, desculpabilizando a CGTP e atribuindo os factos “a um pequeno grupo de pessoas que infelizmente 35 anos depois do 25 de Abril de 1974 ainda não partilham valores como o da tolerância democrática”.

De facto, acrescentou ainda, “quando alguém é convidado não espera nunca uma reacção mal criada por parte de quem visitamos”, disse a propósito Vital Moreira, para acrescentar que o motivo de tudo o que se passou, prende-se “obviamente com o facto de ter sido um antigo militante do PCP”.

“Nasci politicamente a comemorar clandestinamente o 1º de Maio”, recordou Vital Moreira, sendo por isso claro “que só posso repudiar estes descatos de que fui alvo”.

Depois de afirmar que não foi por acaso que “fui eu o alvo destes acontecimentos”, o cabeça-de-lista socialista ao Parlamento Europeu disse ser óbvia a identificação das pessoas com um determinado partido, numa clara referência ao PCP, acusando a existência do que classificou



de uma ala radical, partidária e sindical.

Para Vital Moreira, “há partidos que se julgam ainda proprietários das pessoas, apesar da ruptura já se ter dado há 20 anos”.

Por tudo isto, o candidato do PS exige ao PCP um pedido de desculpas pelas “malfeitorias dos seus militantes ou simpatizantes”, lembrando que “quem faz o mal, não deve fazer a carunha”.

No dia seguinte, já de visita à feira agro-pecuária da Ovibeja, acompanhado por vários dirigentes socialistas, entre os quais Capoulas Santos, disse continuar a aguardar “tranquilamente as desculpas que o PCP deve ao PS”, pela agressão e insultos de que foi alvo no desfile comemorativo do 1º de Maio.

### Lamentáveis as palavras dos dirigentes do PCP

De visita à Feira do Alvarinho e do Fumeiro, em Melgaço, José Sócrates classificou as agressões a Vital Moreira como “uma vergonha para a nossa democracia”, tendo convidado o PCP a condenar os incidentes e a pedir desculpa ao Partido Socialista, afirmando que se o fizesse “não lhe caíam os parentes na lama”.

Na opinião do secretário-geral do PS, o que se passou no desfile do 1º de Maio organizado pela CGTP, em relação ao cabeça-de-lista socialista às eleições europeias “é absolutamente lamentável” e revelador, não só de um enorme sectarismo, mas igualmente do ódio que o PCP tem vindo a manifestar em relação ao Partido Socialista.

Para José Sócrates, são “absolutamente lamentáveis as intervenções que desculpabilizam a agressão ao candidato do PS”, reafirmando que o que se passou “merece censura de todos os democratas”.

Outras personalidades vieram igualmente a público manifestar o seu desacordo e repúdio em relação aos acontecimentos ocorridos com a delegação socialista no desfile do 1º de Maio da CGTP.

Foi o caso, do secretário-geral da UGT, João Proença, que condenou o sucedido tendo afirmado no final do desfile da UGT, na Praça dos Restauradores, que “é preciso que haja respeito em relação àqueles que convidamos ou em relação àqueles que querem dar apoio às lutas dos trabalhadores”.

Também o PS, pela voz do dirigente Vitalino Canas, manifestou-se indignado por não

ter ainda recebido um pedido formal de desculpas da parte do PCP e da CGTP/IN pela agressão a Vital Moreira, tendo acusado estas duas organizações de terem gerado nos últimos anos “um clima de ódio contra os socialistas”.

De igual modo se expressou Manuel Alegre em editorial no seu sítio da Internet, tendo classificado estes incidentes como “incompatíveis com a vivência democrática”, pelo que em sua opinião “devem ser inequivocamente condenados e sem ambiguidades”.

O vice-presidente da Assembleia da República afirmou a sua “solidariedade para com Vital Moreira”, recordando, contudo, que uma coisa é a condenação dos insultos e actos de violência antidemocrática, e outra “seria misturar estes lamentáveis incidentes com as legítimas manifestações e lutas dos trabalhadores”.

Alegre recomenda que não se deve responder a estes “actos condenáveis de sectarismo com outras formas de sectarismo”, nem tão-pouco “com a generalizações abusivas”, sublinhando que a “democracia defende-se com mais democracia” tendo sido sempre, como acrescentou, “essa a cultura do PS”. **R.S.A.**

**Accção Socialista**

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA  
Propriedade do Partido Socialista

[www.accaosocialista.net](http://www.accaosocialista.net)

■ **Director** Jorge Seguro Sanches ■ **Director-adjunto** Silvino Gomes da Silva ■ **Redacção** J.C. Castelo Branco [cbranco@ps.pt](mailto:cbranco@ps.pt), Mary Rodrigues [mary@ps.pt](mailto:mary@ps.pt), Rui Solano de Almeida [rsolano@ps.pt](mailto:rsolano@ps.pt) ■ **Secretariado** Virgínia Damas [virginia@ps.pt](mailto:virginia@ps.pt) ■ **Layout e paginação** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista ■ **Edição Internet** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista e José Raimundo ■ **Redacção, Administração e Expedição** Partido Socialista, Largo do Rato 2, 1269-143Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33 ■ **Depósito legal** N° 21339/88 ■ **ISSN** 0871-102X ■ **Impressão** Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa